

Avaliação de Implementação do Projeto Piloto DEBIBrasil

Relatório

Andrea Fachel Leal

Porto Alegre, fevereiro de 2012

Sumário

Introdução.....	4
Projetos-piloto DEBIBrasil.....	5
Avaliação de Implementação.....	8
Materiais e Métodos.....	10
Resultados.....	13
Análise Documental.....	13
Observações.....	16
Estrutura e organização institucional.....	16
Etapa em que os projetos se encontram.....	24
Entrevistas.....	35
Inovação.....	35
Dificuldades relativas ao financiamento.....	38
Inflexibilidade.....	39
Comunicação.....	40
Testando metodologias.....	41
A comunidade.....	42
Avaliação.....	44
Referências.....	46
Anexo.....	48
Roteiro de Entrevista.....	49
Roteiro de Observação Geral.....	50
Roteiro de Observação e Entrevista – Elementos específicos de cada projeto.....	51
I) Many Men, Many Voices.....	51
II) Popular Opinion Leader (POL).....	52
III) MPowerment.....	54

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	58
Lista de Entrevistados	59
Nota do grupo SOMOS.....	61

Índice de Figuras

Figura 1 Ilustração de grupos retirada do manual em inglês do Mpowerment (Full Manual, p. 4).....	31
Figura 2 Ilustração de grupos retirada do manual em inglês do Mpowerment (Full Manual, p. 10)...	31

Índice de Quadros

Quadro 1 Quadro resumo das Organizações Não Governamentais e metodologias do programa DEBIBrasil	6
Quadro 2 Número de entrevistados em cada instituição.....	11

Introdução

No contexto do Cooperative Agreement (CoAg) assinado entre o Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde do Brasil (Departamento de DST/AIDS/HV), a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ e o Centers for Disease Control and Prevention (CDC), dos Estados Unidos da América, que envolve ações de *capacity building* e a transferência de tecnologia, iniciou-se no país um processo de testar novas tecnologias de intervenção que integram o projeto DEBI – Diffusion of Effective Behavioral Interventions – do CDC. As tecnologias de intervenção devem ampliar o acesso de diferentes grupos populacionais específicos a informações, a insumos e a serviços de prevenção do HIV e de doenças sexualmente transmissíveis (DST).

Visando fortalecer ações de prevenção de HIV/DST junto a homens que fazem sexo com homens (HSH), gays e travestis, foram selecionadas três metodologias DEBI de intervenção comportamental para o programa DEBIBrasil: (1) Many Men, Many Voices (3MV); (2) Popular Opinion Leader (POL); (3) Mpowerment. As três metodologias de intervenção foram classificadas pelo CDC como eficazes com base em evidências de estudos científicos no âmbito do projeto do CDC de HIV/AIDS Prevention Research Synthesis (PRS), i.e. são as intervenções comportamentais descritas na literatura que foram avaliadas cientificamente de maneira rigorosa e que tiveram sua eficácia comprovada.

Para o programa DEBIBrasil, depois de realizada a seleção dessas três metodologias, faz-se necessário a sua adequação e adaptação para o contexto nacional. Cada uma das metodologias selecionadas foi primeiro traduzida e adaptada para a realidade nacional, por membros do Departamento de DST/AIDS/HV. Em seguida, cada metodologia foi implementada por uma Organização Não Governamental (ONG) diferente – sendo que as três ONGs já acumulam experiência e ações voltadas para HSH, gays e travestis – em distintas regiões do país. Desta forma, o programa DEBIBrasil é constituído por três projetos-piloto do DEBI.

Um objetivo do DEBIBrasil, com o apoio técnico e financeiro aos projetos-piloto, é testar a aplicação, no país, de três modelos de intervenção que visem a prevenção de HIV/DST. Se a aplicação for bem sucedida, o programa poderá resultar na formação de três polos de transferência de tecnologia de intervenção, o que permitiria a replicação dos modelos em outras localidades, por outras ONGs. O produto final esperado do programa DEBIBrasil é a validação das metodologias de intervenção para a prevenção de HIV/DST.

Nesse sentido, entendeu-se que o foco da avaliação do DEBIBrasil deve ser processual. Foi realizada uma avaliação da implementação do programa, com o objetivo de identificar os fatores que condicionaram, positiva ou negativamente, os resultados dos três projetos-piloto.

Projetos-piloto DEBIBrasil

Os três projetos-piloto no Brasil foram executados por três ONGs: Conexão G, do Rio de Janeiro (RJ), GRAB, de Fortaleza (CE), e SOMOS, de Porto Alegre (RS). As organizações têm em comum o trabalho com o público LGBTT, de um modo geral, mas apresentam especificidades que as diferenciam em termos de campos de atuação, grupos específicos com os quais trabalham e de suas trajetórias institucionais.

Os modelos de intervenções comportamentais testados são de níveis diferentes e têm objetivos distintos. A metodologia 3MV é uma intervenção comportamental em nível de grupo, enquanto os modelos POL e Mpowerment são em nível comunitário. Cada modelo de intervenção contém diferentes atividades e recursos (Quadro 1).

Com respeito à adaptação do modelo de intervenção, deve-se salientar que o DEBI como um todo diferencia quais são os elementos estruturantes ou fundamentais (*core elements*) de cada modelo de intervenção, permitindo modificações e adaptações e todos os outros elementos. Os próprios modelos preveem atividades de monitoramento e avaliação por parte das ONGs que desenvolvem os projetos.

Nos três pacotes DEBI adotados para o piloto DEBIBrasil, é prevista uma etapa inicial de mapeamento da comunidade e dos grupos com os quais a organização irá trabalhar. Além disso, todos os projetos pressupõem a existência de um espaço privilegiado para que as atividades ocorram – seja um já existente e que será incorporado ao projeto, seja um espaço próprio escolhido pelas pessoas envolvidas no projeto. Em todos os projetos existem atividades diversas que pressupõem também uma divulgação.

No presente relatório, os pacotes DEBI são referidos pelas expressões POL, 3MV e Mpowerment, em acordo com a nomenclatura do CDC. Os manuais traduzidos para o português traduziram os nomes das metodologias, e as ONGs formularam nomes próprios para suas intervenções. O manual em português traduz Popular Opinion Leader como Líder de Opinião Popular e emprega a sigla LOP; a ONG que pilotou a intervenção optou por empregar Formador de Opinião Popular (FOP) no lugar do nome traduzido pelo manual. O 3MV é a nomenclatura empregada tanto no manual em inglês quanto em português, e a ONG nomeou o seu projeto 3MV de Afirmando Vozes e Identidades (AVI). Por fim, no caso do Mpowerment, a própria tradução da expressão em inglês *empowerment* foi uma questão amplamente discutida pelo SOMOS. Integrou-se às atividades dos participantes do projeto a própria discussão sobre que forma nomear o projeto de metodologia Mpowerment.

Quadro 1 Quadro resumo das Organizações Não Governamentais e metodologias do programa DEBIBrasil

Organização Não Governamental	Local	Nome da Metodologia DEBI	Descrição original do CDC	Como funciona segundo o manual
Conexão G	Rio de Janeiro, RJ (Sudeste)	Many Men, Many Voices – 3MV	Many Men, Many Voices (3MV) é um programa de intervenção a nível de grupo composta por 7 sessões concebido para prevenir HIV e DST entre homens que fazem sexo com homens mas que não necessariamente se identificam como gays. A intervenção enfoca fatores culturais e sociais que influenciam o comportamento, incluindo normas religiosas, as diferentes dinâmicas de relacionamentos sexuais, a influência de preconceitos sociais (como a homofobia e o racismo), e a relação entre HIV e outras DST.	Distribuição de material informativo, recrutamento de pessoas para participar do grupo, sessões de intervenção. As sessões devem tratar dos fatores que influenciam o comportamento dos homens – seus valores, como percebem o risco, as normas socioculturais, os relacionamentos sexuais. Usualmente são 7 sessões com duração de 2 a 3 horas cada. As sessões têm sempre um facilitador e envolvem de 6 a 12 homens. Aqueles homens que ainda não conhecem seu status sorológico são estimulados a fazer a testagem e o aconselhamento nos serviços de referência.
GRAB – Grupo de Resistência Asa Branca	Fortaleza, CE (Nordeste)	Popular Opinion Leader – POL	O Popular Opinion Leader (POL) é um programa de redução de risco para HIV/AIDS no qual grupos de pessoas que já se conhecem são recrutados e treinados para realizar uma ação particular e nova, centrada em um fator específico de risco, com ênfase numa norma social vigente naquela comunidade. Os líderes de opinião apoiam comportamentos específicos de redução de risco, em conversas com seus amigos e conhecidos. Os sujeitos mais populares, conhecidos e confiáveis é quem são líderes de opinião. A metodologia se aplica aos contextos em que as redes sociais podem ser contabilizadas ou estimadas, e onde atitudes compartilhadas acerca dos riscos do HIV podem ser descritas – como bares gays ou centros comunitários. A metodologia POL foi originalmente desenhada para HSH, mas já foram bem adaptadas para muitas outras populações e contextos.	A mudança na comunidade sobre como a proteção ao HIV é vista se dá através das ações dos seus próprios integrantes. Em conversas entre pares os líderes de opinião desfazem ideias equivocadas, discutem a importância da prevenção ao HIV e discutem estratégias concretas para redução de riscos. Os líderes deixam manifesto que aprovam pessoalmente aquele comportamento que tem por objetivo minimizar os riscos. Cada líder pode recrutar novos líderes, ampliando as ações. A ONG faz todo o trabalho de preparação para a metodologia, identificando e recrutando líderes de opinião, e ensinando-os técnicas de comunicação. Na medida em que se amplia o número de líderes capacitados, aumenta o número de conversas ocorrendo naquela comunidade que vão ao encontro da prevenção e dos cuidados ao HIV.
SOMOS Comunicação, Saúde e Sexualidade	Porto Alegre, RS (Sul)	Mpowerment	O Mpowerment Project é um programa de prevenção ao HIV a nível comunitário que é executado por um grupo de 12 a 20 pessoas jovens – gays ou bissexuais – oriundos da comunidade e da equipe. Este grupo, juntamente com voluntários, planejam e executam todas as atividades do projeto.	Os participantes promovem mudanças na comunidade com 4 atividades integradas que veiculam a ideia do sexo seguro como sendo a regra. São ações formais, ações em grupo, atividades informais e campanha publicitária.

Assim, segundo os manuais DEBIBrasil, além das próprias organizações terem um papel fundamental para a execução dos projetos, outros atores ou agentes são importantes. No caso do POL, a metodologia prevê que sejam identificadas pessoas influentes, populares e confiáveis que se tornarão líderes/formadores de opinião naquela comunidade depois de recrutadas e treinadas para participar do projeto pela equipe da ONG. Tais indivíduos devem ser envolvidos no processo de planejamento e em todas as etapas seguintes do projeto. No caso do Mpowerment, de acordo com o manual, os atores sociais importantes incluem, além dos supervisores, que são oriundos da própria ONG, os coordenadores do projeto (jovens gays e bissexuais da própria comunidade selecionados, contratados e treinados pelos supervisores), os voluntários do projeto e eventualmente aquelas pessoas que formam o núcleo do projeto e o conselho consultivo da comunidade. No caso do 3MV os principais agentes são os facilitadores do projeto que são responsáveis pela realização das atividades e oficinas e os próprios participantes dos grupos.

Avaliação de Implementação

Foram avaliados os processos de implementação de cada um dos três projetos piloto DEBI no Brasil. A avaliação de implementação responde a uma solicitação do Departamento de DST/AIDS/HV, que conta com o apoio do Programa Global de AIDS do Centers for Disease Control and Prevention (CDC/GAP Brasil). O objetivo principal é avaliar a adequação dessa metodologia DEBI de intervenção para o contexto nacional, observando a possibilidade de ampliação do projeto para outras instituições e/ou regiões geográficas.

Cada um dos grupos selecionados para o desenvolvimento da metodologia DEBI – ou seja, as equipes das organizações Conexão G, GRAB e SOMOS – passou por um processo de capacitação para executar a intervenção. Todos desenvolveram atividades para implementar uma intervenção de prevenção do HIV/DST/AIDS junto a uma determinada população gays ou HSH (Quadro 1). As atividades variaram da organização de sessões para pequenos grupos até a realização de campanhas publicitárias, centrando-se nas ações dos integrantes das ONGs, que devem divulgar, sensibilizar, capacitar, coordenar sessões, engajar membros da comunidade.

Considerando-se tanto o objetivo de avaliar a implementação, quanto a natureza dos projetos piloto avaliados, entende-se que o modelo mais apropriado é o chamado *bottom-up*. Nos modelos de avaliação chamados de *bottom-up*, o enfoque está centrado “nos atores envolvidos na prestação de serviços locais tendo sido relevante identificar: os seus objetivos, estratégias, atividades e contatos” (Perez, 1998: 68). Os implementadores são vistos como tomadores de decisão: a implementação de uma política sempre modifica a própria política.

A implementação dos projetos-piloto DEBIBrasil é o momento em que os agentes implementadores são levados a tomar decisões para além daquelas tomadas quando da formulação da intervenção. Os membros das ONGs tiveram de cotidianamente interpretar e reinterpretar os objetivos e as metas das metodologias que estão executando, em cada caso e em cada situação específica com que se defrontaram. A dimensão política da implementação “repousa em orientações e preferências, envolvendo cálculos estratégicos, escolhas e decisões por parte dos agentes que o conduzem e o implementam [o programa] ou dele se beneficiam” (Draibe, 2001: 27). Para a presente avaliação, foram identificadas as seguintes perguntas avaliativas relativas então à implementação:

- a) O DEBI foi implementado de acordo com o modelo estabelecido pelo CDC?
- b) O DEBI foi transferido de forma adequada?
- c) Qual foi a aceitabilidade do DEBI pela equipe da ONG e pelos técnicos do Departamento de DST/AIDS/HV?
- d) Quais os fatores que facilitaram e que dificultaram a implementação de cada um dos pilotos do DEBI?

Considerando tais perguntas avaliativas, as categorias de análise em questão serão a Conformidade, Aceitabilidade e Adequação.

A Conformidade aqui se refere ao cumprimento de determinados requisitos ou exigências – a condição do projeto DEBI da ONG de estar conforme o modelo preconizado pelo CDC. Para Mitnick e Backoff (1984), a implementação pode ser encarada como um jogo em que uma autoridade central procura induzir agentes (implementadores) a colocarem em prática seus objetivos e estratégias – que são, portanto, alheios aos agentes. Nesse sentido, a Conformidade pode ser pensada em termos de “adesão e obediência”, onde a indução pela autoridade central passa por um conjunto de estratégias de incentivos. As estratégias de incentivos no caso do DEBI Brasil envolvem o apoio financeiro e técnico para as ONGs além de um interesse pelo sucesso e pela efetividade do projeto executado por parte das ONGs. Para que se possa avaliar a Conformidade, faz-se necessário averiguar o conhecimento que os agentes implementadores detêm do projeto – observando se a sua referência serão os objetivos e as regras do projeto formulado pelo CDC ou se escolherão outros objetivos e regras.

A Aceitabilidade se refere à aprovação e à concordância com relação a algo estabelecido, no caso, do pacote metodológico de intervenção do CDC. Para Arretche (2001), a análise das razões pelas quais a metodologia de um programa ou de um projeto se distancia da sua implementação, numa avaliação, envolve um questionamento sobre a aceitação dos objetivos e das regras do projeto. Os agentes implementadores podem conhecer os objetivos do projeto, mas podem não concordar com esses objetivos, por diversas razões (ideológicas, econômicas, devido a incapacidade de realização por parte desta instituição, etc.). Dessa forma, faz-se necessário observar a aceitabilidade por parte dos integrantes das ONGs dos objetivos e das regras do modelo de intervenção do CDC, o DEBI.

Por fim, a Adequação se refere à adaptação: segundo Arretche (2001), haveria uma terceira questão referente às condições institucionais para implementação de um programa ou de um projeto, quando os implementadores, mesmo concordando e conhecendo bem o programa em questão, não podem cumprir as metas estabelecidas por razões referentes à interface do projeto com o contexto de sua implementação. Estes imprevistos levam os agentes da implementação a realizar adaptações ao modelo pré-dado com o intuito de possibilitar que os objetivos do programa, mesmo assim, sejam cumpridos. Portanto, uma vez que avaliamos a Conformidade e a Aceitabilidade do DEBI-Brasil, enfocaremos a sua Adequação, analisando se houve alguma adaptação por parte das ONGs – que adaptações foram feitas e por que motivos.

Materiais e Métodos

A avaliação de implementação que tem foco na estrutura e no processo foi feita com base nas técnicas de análise de documentos, com observação *in loco* e com realização de entrevistas. A presente avaliação foi realizada por Andréa Fachel Leal, que realizou análise documental, observações e entrevistas, além de analisar a totalidade dos dados e redigir o presente relatório. O trabalho de campo foi realizado com o auxílio de Gabriela Sevilla, que recebeu capacitação específica para as observações e aplicação do roteiro de entrevistas.

O período de coleta de dados se estendeu da primeira semana de outubro de 2011 até a primeira quinzena de dezembro.

Análise Documental

Os documentos analisados provêm de fontes diferentes. Primeiramente, foram estudados os manuais do DEBIBrasil, obtidos junto ao Departamento de DST/AIDS/HV. Sua leitura foi complementada com a dos manuais e demais materiais do CDC em inglês, acessíveis no site DEBI do CDC (www.effectiveinterventions.org). Em segundo lugar, foram lidos os documentos produzidos no âmbito das atividades do DEBIBrasil pelas ONGs. Finalmente, foram lidos os documentos produzidos por técnico do Departamento de DST/AIDS/HV e por uma consultora externa.

Observação

Cada ONG responsável pela execução de um projeto-piloto foi visitada. Foi possível realizar a observação *in loco* das três instituições e de conversar com participantes dos três projetos DEBIBrasil. No Rio de Janeiro, foi feita a observação também na Redes de Desenvolvimento da Maré, organização onde atualmente o grupo Conexão G está situado. Não foram feitas observações diretas das atividades do DEBIBrasil. Todas observações foram registradas em diário de campo. A observação em cada ONG seguiu um roteiro (Cotanda et al, 2008; Gil, 1994), visando assegurar que em todas as instituições os mesmos elementos fossem analisados, permitindo um maior controle na observação e a comparabilidade dos dados (Roteiro de Observação em Anexo).

Ao todo, foram visitadas sete instituições diferentes: quatro ONGs (Conexão G, Redes de Desenvolvimento da Maré, GRAB e Somos), governamentais (Departamento de DST/AIDS/HV e ENSP/FIOCRUZ) e uma fundação (FIOTEC).

Entrevistas

A fim de dar conta de todas as dimensões da implementação dos projetos, foram realizadas também entrevistas com os principais atores envolvidos em cada um dos projetos propostos: membros das ONGs diretamente envolvidos com o DEBIBrasil, membros da direção de cada ONG (incluindo entrevista com membro da direção da Redes de Desenvolvimento da Maré) e equipe do DEBIBrasil. Foram realizadas entrevistas ainda com beneficiários das ações do DEBIBrasil em duas localidades, bem como observação e conversas informais com os beneficiários da terceira localidade. As entrevistas foram de cunho etnográfico (Beaud & Weber, 2007) e seguiram roteiro de

entrevista semi-estruturada (Cotanda et al, 2008; Victora et al, 2000). Todas entrevistas foram gravadas e realizadas apenas com o consentimento dos entrevistados (Roteiro de Entrevista em Anexo).

No período de três meses, em quatro municípios, foram entrevistadas 34 pessoas; foram realizadas ainda conversas informais com outras seis pessoas. O número de entrevistados em cada instituição está descrito no Quadro 2. Cada entrevista durou, em média 90 minutos. Não foi feita a transcrição na íntegra de todas as entrevistas; os trechos transcritos ao longo deste relatório foram feitos pela própria avaliadora.

Quadro 2 Número de entrevistados em cada instituição

Tipo de instituição	Nome	N
Organização Não Governamental	Conexão G	8
	Redes de Desenvolvimento da Maré	1
	GRAB	8
	Somos	9
Organização Governamental	Departamento de DST/AIDS/HV	3
	ENSP/FIOCRUZ	2
Fundação	FIOTEC	2
Independente-Externa	Consultora	1
Total		34

Análise

Trata-se de avaliação qualitativa, em que foi analisado o conteúdo dos documentos, bem como o material oriundo das observações e das entrevistas, em termos das três dimensões – Conformidade, Aceitabilidade e Adequação.

As entrevistas em áudio e os diários de campo, bem como os documentos relativos aos projetos, foram sistematizados no programa MaxQDA 10. Não foi feita a transcrição integral das entrevistas, dados os constrangimentos de tempo e de orçamento para a avaliação.

Questões Éticas

Foi explicado aos integrantes das ONGs, pelo Departamento de DST/AIDS/HV, que uma avaliação de implementação do DEBI seria realizada. Solicitou-se a permissão de cada ONG para realizar a visita e as observações da instituição. Foi explicado a todos os entrevistados o propósito da avaliação e solicitado o seu consentimento antes de se iniciar as entrevistas, sendo o consentimento manifesto na assinatura pelos entrevistados do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em Anexo).

A confidencialidade dos dados foi assegurada aos entrevistados, que inclusive solicitaram à avaliadora que não registrasse por gravação alguns trechos das entrevistas. Porém, considerando-se que as ONGs estão identificadas, que suas equipes são relativamente pequenas, não foi possível

assegurar o total anonimato dos entrevistado, o que foi explicado aos entrevistados antes da realização da entrevista, por ocasião da solicitação de consentimento.

Para o presente relatório, de circulação restrita, optou-se por listar os nomes dos entrevistados em anexo, com o intuito de facilitar a eventual omissão de dados de identificação antes da divulgação mais ampla de quaisquer resultados.

A avaliação foi submetida a uma equipe técnica do Departamento de DST/AIDS/HV, a membros da ENSP/FIOCRUZ e a integrantes do CDC Brasil, mas não foi submetida a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Todos os preceitos éticos que regulamentam a pesquisa com seres humanos no Brasil foram observados.

Resultados

A avaliação de implementação proposta foi bem recebida pelos entrevistados de um modo geral, o que facilitou a entrada em campo. Houve boa disposição por parte das equipes e coordenação das ONGs, que concederam espaço em suas agendas para receber as pesquisadoras; o mesmo deve ser dito em relação às pessoas entrevistadas no Departamento de DST/AIDS/HV, FIOCRUZ e FIOTEC. Há um interesse explicitado por vários entrevistados quanto aos resultados da avaliação, sendo que muitos pediram cópia da versão final do presente relatório.

A experiência de executar ações programadas e estruturadas na forma de um “pacote” metodológico foi, de um modo geral, bem recebida e bem avaliada tanto pelos técnicos do Departamento de DST/AIDS/HV quanto pelos membros das ONGs.

Os resultados serão apresentados de acordo com a natureza dos dados, conforme explicado em Materiais e Métodos: análise documental, observações e entrevistas.

Análise Documental

Os manuais do CDC escritos em inglês e as suas traduções foram lidos para a presente avaliação. Quanto à forma destes documentos traduzidos, não houve investimento maior na apresentação dos manuais. Os materiais em inglês estão divididos fisicamente em módulos, o que torna o manuseio dos documentos mais fácil, e sua edição é recheada de imagens diversas em cores, o que também torna a leitura mais agradável. Há diferenças em termos de número de páginas nos manuais em inglês e em português, indicando que houve a decisão de excluir partes do manual em inglês.

*Daí a gente recebeu aquele calhamaço...! Tu já viu? Não dá nem vontade de ler...
(Entrevista com membro de ONG)*

Quanto ao conteúdo dos manuais, alguns elementos se destacam na leitura: a existência de elementos fundamentais à intervenção, a ênfase sobre a adequação cultural das intervenções e a necessidade de um conhecimento e de experiência prévios tanto com conceitos quanto com métodos típicos da pesquisa social.

Em todas as intervenções, existem elementos centrais, ou *core elements*, que são considerados o fundamento da metodologia e, nesse sentido, são o seu “núcleo duro”. Desta forma, os manuais enfatizam que a compreensão e a adesão a estes elementos centrais é o que assegura (1) que a metodologia proposta foi efetivamente levada a cabo e (2) o sucesso do projeto. O problema é que os documentos em português não deixaram suficientemente claro, na perspectiva das equipes das ONGs, o que seriam esses elementos centrais. Há uma lista, mas cada elemento não está suficientemente detalhado. Assim as equipes se sentiram inseguras com relação ao que poderia ou não ser adaptado.

A comparação entre o manual em português e o manual em inglês o Mpowerment, por exemplo, revela que a opção por resumir a versão traduzida pode ter prejudicado a compreensão das equipes. O manual em inglês tem 500 páginas, enquanto o manual em português tem 322; mesmo que se leve em consideração diferenças de diagramação e a exclusão de figuras, a diferença

é muito grande. A primeira parte do manual em inglês justamente dedica duas páginas à questão de alterações e adaptações possíveis, com exemplos, discutindo de que forma as mudanças não ferem os princípios fundamentais da metodologia (cf. *Fidelity and adaptation work best*, p. 8-9 do manual completo em inglês do Mpowerment). Essa parte não consta no manual em português e teria sido importante sua inclusão, bem como a inclusão de algo semelhante nos demais manuais em português.

Qualquer texto é, além de lido, interpretado. E a interpretação depende não só da forma e do conteúdo propriamente ditos do texto, mas depende também do contexto: a interpretação nunca é realizada num vácuo. No caso dos manuais do DEBIBrasil, sua leitura e interpretação pelas equipes foi realizada a partir do instrumental teórico e da experiência acumulada que cada um tinha, e foi feita também com o auxílio de um diálogo com outros – a consultora externa do projeto, o técnico do Departamento de DST/AIDS/HV responsável por acompanhar as equipes, outros técnicos do Departamento de DST/AIDS/HV, membros de outras ONGs. A dificuldade de compreensão do que poderia e do que não poderia ser alterado na intervenção acabou sendo ainda maior na medida em que as equipes recebiam diferentes mensagens sobre a questão:

A primeira grande questão que o manual tinha é por que a gente recebeu ele e disse, "bom, isso aqui é núcleo duro. Então, vocês só precisam de fato absorver. Não dá pra mudar". Essa era a leitura que se tinha. Apesar de algumas pessoas... Por que isso era até informação desconhecida! Por que eu encontrava... claro que eu não sou só [ênfatisando] Conexão G. Eu participava de outros espaços. E aí em determinados lugares eu encontrava com uma pessoa que era do Ministério, mas que não tinha tanta aproximação com o projeto, isso até dá pra entender, daí eu falava assim "ah, o projeto vai começar já, acho meio complicado, porque tem coisas que acho que o grupo não vai conseguir trabalhar muito bem porque isso diz respeito muito mais à realidade norte-americana... ou... não sei se diz respeito à realidade norte-americana, mas está muito distante do que é a nossa realidade". [Fazendo outra voz] "Ah, não, mas então muda! Muda, bota do jeito que vocês acharem melhor, porque o importante é fazer!" Daí eu encontrava em outros espaços outra pessoa do Ministério e falava assim "Não, mas não pode mudar nada! Tem que ser assim. Se der certo assim, vai dar certo assim. Se der errado, vai dar errado." Daí a gente ficava nessa... muda ou não muda? Muda ou não muda? (Conexão G, Membro da Equipe, 2011)

Os manuais enfatizam a necessidade de adequação cultural das intervenções: as modificações possíveis à intervenção são referidas justamente para dar conta das especificidades locais. Para que as intervenções sejam culturalmente adequadas é preciso que sejam implementadas a partir de um conhecimento da realidade sociocultural da comunidade para as quais se destinam. Daí a recorrência, nos manuais estudados, a técnicas de coleta de dados que são próprios da pesquisa social, em particular da sociologia e da antropologia. A teoria que é o alicerce das intervenções por sua vez é do campo da psicologia.

[Entrevistado 1] A gente aqui é estagiário da UFRGS [Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. A gente está vinculado à instituição como estagiário de Psicologia e Políticas Públicas. [...] A gente leu e estudou o manual a partir das coisas que a gente está estudando lá na UFRGS [curso de Psicologia] e muitas, muitas das nossas críticas vieram desses debates que a gente tinha lá na universidade.

[Entrevistado 1] A gente criticou o método, e a ideia do "empowerment". (SOMOS, equipe do Mpowerment, entrevista, 2011)

Em termos de técnicas de pesquisa, os manuais referem um "mapeamento" ou um levantamento de dados, com a combinação de informações obtidas de diferentes fontes: dados epidemiológicos, dados oriundos de observações de cunho etnográfico, entrevistas, grupos focais, questionários. Fazer a coleta de dados é um processo difícil e demorado, que requer algum treinamento. Realizar a posterior análise de dados, oriundos de diferentes fontes, é uma tarefa bastante complexa. As equipes envolvidas com os pacotes POL, Mpowerment e 3MV explicaram que a coleta e a análise de dados para o "mapeamento" constituíram-se em momentos bastante difíceis e frustrantes. O momento do "mapeamento" é descrito de forma muito pobre e superficial nos manuais, pressupondo um leitor que compreende as diferentes técnicas de coleta de dados, e domina todas elas a ponto de ser capaz de escolher qual ou quais deve empregar para conhecer a comunidade antes de implementar as ações.

Fazer o mapeamento a partir do manual é muito [ênfatisando] complicado. O manual tem assim... tem esse tipo de entrevista, tem esse tipo de entrevista, tem essa forma de chegar ao público... mas qual tu usa? Em qual situação? Quando é necessário fazer isso? Quando é necessário fazer aquilo? [...] É complicado fazer o mapeamento. É complicado fazer questionário, é complicado analisar questionário, e a norma... que norma é essa que a gente tem de tentar mapear?! (SOMOS, Entrevista, 2011)

Outro elemento importante em mais de um pacote DEBI diz respeito a uma *linha de base*. O conceito de linha de base, próprio de pesquisas do campo da epidemiologia e da demografia, implica um conjunto de ideias e de técnicas científicas de pesquisa, não sendo evidente por si só. A aplicação de questionários, por exemplo, antes de uma intervenção, e a aplicação posterior, visando a comparação de um antes e depois, requer um conjunto de cuidados para assegurar a comparabilidade. A análise de questionários foi citada como uma atividade complexa e difícil por mais de uma equipe. Análises de frequência simples e relativa são consideradas laboriosas e demoradas; as equipes não compreendem a necessidade de tal investimento. Considerando-se que a maior parte das equipes aplicou um número bastante pequeno de questionários em diferentes situações, análises quantitativas de fato são pouco produtivas. Os manuais referem também percentuais de pessoas que devem ser atingidas pelo projeto, solicitando que as equipes estipulem metas. Entretanto, as equipes não compreenderam como seria feito este cálculo – o denominador seria o total de pessoas que eles identificaram inicialmente como fazendo parte de determinada comunidade? Ou o denominador é um grupo específico que foi já abordado pelo projeto?

Por outro lado, a análise dos dados coletados se relaciona também com conceitos importantes da teoria sociológica e que estão na base da intervenção. No caso do POL, por exemplo, a mudança de uma “norma social” é um objetivo enunciado no manual. Apesar da importância que o conceito de norma social tem para a intervenção, a definição de “norma social” dada pelo manual em português é simplesmente “Norma social é uma norma de comportamento não escrita”. Toda a intervenção passa a ser construída em torno de uma norma social que foi identificada e que se visa modificar; Ora, se a ONG não domina inteiramente o conceito de norma social, como identificar uma norma a ser modificada? Outro conceito importante, tanto no pacote POL quanto no Mpowerment, o de *rede social*, que se depreende, pela leitura do manual, tenha aqui a acepção técnica própria da teoria sociológica. A rede é definida no manual em português do POL simplesmente como “Uma rede social é um grupo de pessoas que compartilham interesses comuns”. O manual em inglês do Mpowerment refere *social networks*, *online social networks* e *social networking* inúmeras vezes, sem definir as expressões. As duas definições dadas de *norma* e de *rede* são tão fluidas e pouco específicas que se aplicam a inúmeras coisas.

Observações

Foram feitas visitas às ONGs para a realização de observação e de entrevistas. A observação no Conexão G durou dois dias, no GRAB e no SOMOS, três e quatro dias respectivamente. Não foram realizadas observações na FIOCRUZ, na FIOTEC nem no Departamento de DST/AIDS/HV.

Estrutura e organização institucional

As três organizações responsáveis pela execução dos pacotes DEBIBrasil guardam diferenças importantes em termos da estrutura e organização institucional.

Quanto à capacidade institucional, o GRAB e o SOMOS têm uma estrutura consolidada, em uma trajetória que acumula muitos anos e a captação de recursos por meio de projetos diversos. A organização mais antiga é o GRAB, fundada em 1989, tendo hoje portanto mais de duas décadas de existência. O SOMOS foi fundado há uma década, em 2000.

O GRAB é fundado por um grupo de pessoas que até então tinham, em alguma medida, participado de encontros do recém-fundado GAPA-CE¹. Entretanto, segundo um dos fundadores do GRAB entrevistado, o grupo que acaba criando efetivamente o GRAB buscavam outra dinâmica de trabalho e estavam focados na questão LGBTT e do HIV/AIDS. O GRAB inicia suas atividades dentro de outra instituição, a Bem Estar Familiar no Brasil (mais conhecida pela sigla BEMFAM), que cede uma sala para seus encontros e fornece insumos – preservativos – para o grupo. As primeiras ações do GRAB são desenvolvidas com recursos arrecadados junto à comunidade: o grupo fazia campanhas buscando doações de cestas básicas, de roupas e de dinheiro, além de campanhas com artistas plásticos locais visando arrecadação de fundos para compra de cestas básicas destinadas aos pacientes internados com AIDS no hospital São José.

¹ O GAPA-CE, Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS do Ceará, foi fundado em Fortaleza em 1989.

O trabalho com recursos oriundos de projetos financiados a partir de concorrências e editais públicos é, na visão de um dos membros fundadores, relativamente recente na ONG:

No início, assim, todo mundo tinha outros trabalhos, mas todo mundo queria ajudar. Todo mundo doava alguma coisa. Então começava uma reunião e a gente organizava: estamos precisando disso, disso e disso, quem é que pode conseguir? E aí o pessoal já vinha, trazia grampeador, papel, caneta, tudo, tudo, tudo era assim. Todo mundo era voluntário. A gente tinha de ir atrás de doações ou tirava do nosso bolso. [...] Por que, na real, hoje em dia é muito diferente. Depois que começou a aparecer... Ninguém hoje faz mais nada de graça. A gente fazia campanha nas avenidas para comprar alguma coisa, a gente... O primeiro projeto do GRAB foi em 1994! Ficamos seis anos com doações [...] Passou o ano e a gente então começou a fazer projeto. Os projetos ajudam com transporte, alimentação. Mas quando você quer fazer uma coisa que não tem o dinheiro, o pessoal não vai, esvazia tudo. Hoje em dia as pessoas não fazem mais nada, prestar um serviço, se você não tem nada para oferecer. (GRAB, Fundador/Direção, entrevista, 2011)

A narrativa da fundação do GRAB feita por um entrevistado descreve de forma negativa a atuação mais política de alguns membros: nas reuniões iniciais, ainda na sede da BEMFAM, um membro que era muito “politizado” acabou saindo do GRAB por causa disso, pois não era isso o que os demais queriam. Em anos mais recentes, Francisco assumiu a presidência do GRAB, tendo uma trajetória pessoal de muito ativismo no campo HIV/AIDS: foi um dos fundadores da RNP+, a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids.

Seria um equívoco entretanto pensar que o GRAB tem muito mais experiência do que o SOMOS, pois é preciso observar o contexto em que cada entidade foi fundada. Especificamente, o SOMOS nasce do descontentamento de alguns ativistas que já atuavam há anos – muitos desde a sua fundação – dentro de outra organização em Porto Alegre, o Grupo Nuances, fundado em 1991. Os militantes do SOMOS que vieram do Nuances trouxeram consigo a experiência acumulada de quase uma década para a nova instituição. Além disso, outros membros que logo ingressaram na nova instituição vieram de outra ONG mais antiga, o GAPA-RS² e/ou eram militantes políticos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

O SOMOS, assim, nasce com um grupo de pessoas que acumulam experiência no ativismo, na militância política, na execução de projetos e na captação de recursos. A militância e a atuação dentro do PT na capital gaúcha não pode ser subestimada: o partido governou a cidade por dezesseis anos consecutivos, de 1988 a 2004. Durante esses anos, militantes que hoje estão no SOMOS não só atuaram no PT, mas também assumiram cargos no governo municipal, à frente, por exemplo, da Coordenadoria de Direitos Humanos. Assim, mesmo que o SOMOS tenha dez anos de

² O GAPA-RS, Grupo de Apoio à Prevenção da Aids do Rio Grande do Sul, foi fundado em Porto Alegre em 1989.

existência, muitos de seus membros – especialmente seus fundadores e integrantes da direção – acumulam pelo menos duas décadas de experiência.

O Conexão G, ao contrário do GRAB ou do SOMOS, não é ainda sequer uma ONG constituída: trata-se, na descrição de seu presidente e fundador, de um *grupo* ou de um *movimento*, que nasce de encontros de um grupo de amigos. O grupo de fundadores foi, de certa forma, a *população-alvo* de um projeto desenvolvido e executado em 2006 pela ONG PROMUNDO, situada também no Rio de Janeiro. A partir deste projeto, os jovens amigos encontram auxílio e apoio do PROMUNDO, que cede um espaço para encontros e fornece informações importantes sobre o que é uma ONG. Através da participação de atividades desenvolvidas no PROMUNDO, os jovens conhecem outras organizações importantes, como o grupo Arco-Íris, e se inserem no campo do ativismo e da militância. Outro entrevistado que foi Vice-Presidente do Conexão G também foi *alvo* de ações de outra organização, o CEDAPS; conforme seu relato, o Conexão G foi fundado quando um grupo de amigos passou a se encontrar sistematicamente e a receber apoio e assistência técnica do CEDAPS. A sua participação em um projeto do CEDAPS permitiu que ele entrasse em contato com diversos movimentos sociais e diferentes organizações não governamentais.

Em comum, todas as narrativas dos entrevistados enfatizam que o Conexão G começa como um grupo de amigos, que se reúne com alguma regularidade, e depois de algum tempo passa a receber apoio de outras entidades.

eu fui me aproximar e eu fui conhecer os amigos do Gilmar, que idealizaram o grupo, e nessa época, em 2005, o grupo nem tinha essa ideia de trabalho como ONG ou como grupo de referência nessa temática. Era mais um grupo de amigos mesmo que se reuniam para poder discutir o cotidiano. E foi nessa época. Então isso que me atraiu. Fui me aproximando do grupo de pessoas e foi me cativando mesmo! E aí, fiquei. De 2005... como eu trabalhava no CEDAPS, e o Conexão G, nessa época era uma das instituições para as quais o CEDAPS prestava assessoria técnica, então eu nem fiquei muito... Uma atenção um pouco maior às ações que o Conexão vinha desenvolvendo. Então eu comecei a prestar assessoria técnica para o Conexão G. Esse... o DEBIBrasil é o primeiro projeto de fato que eu trabalho para o Conexão G. Todas as outras participações foram voluntárias. Mas mesmo antes de eu estar dentro do Conexão G... Bom, eu tive um momento como Vice-Presidente da instituição, também, mas justamente porque eu queria ver a instituição tomando forma e o Gilmar achou que naquele momento eu tinha possibilidade de apoiar nesse sentido. E aí... mas as ações mesmo, de fato, eu fazia de maneira voluntária, por conta de achar importante mesmo a discussão que eles faziam. (Conexão G, Membro da Direção, entrevista, 2011)

O presidente do Conexão G é o membro mais velho do grupo, cuja vida foi marcada pela influência da Igreja católica e de sua profunda experiência religiosa. Tão logo concluiu os estudos escolares, o jovem foi, dos 17 até os 21 anos, um Frei Franciscano, vivendo esse período em Marília, cidade no interior de São Paulo. Quando decide deixar a vida religiosa e retorna ao Rio de Janeiro, ele tem o primeiro contato com organizações da sociedade civil, onde conhece muitas pessoas e faz

amigos que estão, como ele, descobrindo o campo da militância. Trata-se, portanto, de um grupo de jovens com menor experiência de militância, cujo primeiro projeto financiado por uma agência governamental é o DEBIBrasil.

O conexão G, diferente de outras instituições – e acho que isso precisa ficar claro, por que eu acho isso importante. Então, o que o GRAB e o SOMOS têm de experiência não é o que o Conexão G tem! Em se tratando o Conexão G de uma instituição em um território de favela, a estrutura também é diferente. O Conexão G não tem um recurso como o GRAB e o SOMOS têm. E não tem uma estrutura como o GRAB e o SOMO têm. E aí eu acho que o Ministério já sabia disso tudo, mas quando se deparou com algumas fragilidades, a coisa... não andou. Não andou. A gente teve que discutir, pensar como reformular, como você vai fazer, e construir um outro formato. Era uma comunidade diferente, é uma instituição nova, a gente sabe que hoje, cada dia mais, o financiamento está ficando difícil, ainda mais para uma instituição que começou agora... (Conexão G, Presidente, entrevista, 2011)

Os recursos humanos que compõem cada organização também são elemento importante da capacidade institucional de cada uma. O GRAB e o SOMOS têm o maior número de pessoas vinculadas a cada organização, tendo uma estrutura organizacional que inclui um quadro diretivo, setores diversos com coordenações e equipes técnicas. O Conexão G é a menor instituição, tendo um número bastante reduzido de pessoas (cinco pessoas no total).

Em cada organização, antes da visita, foi feito um convite para a participação na entrevista de alguém da Direção da entidade, além da coordenação e das equipes dos projetos DEBIBrasil. A agenda de entrevistas foi traçada antes da chegada da avaliadora, por e-mail e telefone; foi também negociada com antecedência a situação de observação da instituição e das ações dos projetos. Cada organização, portanto, definiu qual (ou quais) membro(s) da direção seria(m) entrevistado(s) pela avaliadora. Cada organização também definiu de antemão quem seria apresentado à avaliadora na condição de integrante da coordenação e da equipe do DEBIBrasil. O vínculo e a atuação de cada entrevistado com a ONG e com o DEBIBrasil foi então explorado individualmente nas entrevistas.

No GRAB, conversamos com pessoas que integram a Direção, a coordenação de diferentes setores, os membros das equipes do POL e consultora do POL, totalizando 9 pessoas diferentes. No SOMOS, igualmente, tivemos acesso a todos membros da Direção e à equipe do Mpowerment, somando 7 pessoas da organização, além de 2 participantes (beneficiários) do projeto. No GRAB e no SOMOS observou-se ainda a presença de várias pessoas trabalhando dentro da instituição, envolvidos com outros projetos que não o DEBIBrasil. As equipes destas duas organizações, portanto, são maiores do que o grupo de pessoas que executa o piloto. O Conexão G é com maior frequência referido pelos seus integrantes como um *grupo* e não como uma ONG, mas ainda assim, diante do convite feita para as entrevistas, apresentou um quadro para Direção, além de equipe do projeto DEBIBrasil, incluindo consultor externo. Conversamos com 6 pessoas do Conexão G e 2 pessoas que participaram (beneficiados) do 3MV. Além disso, foi possível conversar com uma pessoa da Direção de outra ONG, chamada Redes de Desenvolvimento da Maré, onde o Conexão G tem sua sede física. Todas as pessoas vinculadas ao Conexão G estavam envolvidas com o DEBIBrasil.

Cada um dos entrevistados cumpre mais de uma função – presidindo a entidade e coordenando um projeto, por exemplo – em sua respectiva organização. Muitos desenvolvem outras atividades, remuneradas ou não, para além da ONG. Destaca-se entre as outras atividades tanto o investimento na educação – formação em curso universitário de graduação ou de pós-graduação – quanto a necessidade de complementar renda desenvolvendo atividades remuneradas diversas fora da ONG.

Quanto aos recursos humanos de cada instituição, chama a atenção que, no caso do Conexão G, a função desempenhada se confunde com a organização. Assim, diferentes pessoas entrevistadas sobre o 3MV usaram as expressões “o presidente”, “a ONG” e “a instituição” de forma intercambiável, como uma só coisa.

isso vem da história mesmo do grupo. A coisa... As pessoas, a maioria aqui espera sempre que parta do Gilmar, as coisas. Então as pessoas ficam sempre naquela expectativa, esperando que o Gilmar dê o apontamento. Uma coisa que eu... que com esse projeto até estou tentando fazer com que seja ao contrário. Que não é isso, que a gente até... por exemplo, eu tenho as minhas expectativas, as coisas que a partir do projeto eu quero, que eu acho legal que aconteça. Tipo: uma coisa fundamental que eu acho é que a gente precisa manter os encontros semanais com os grupos, mesmo que não ... não o grupo do DEBI, não o grupo do AVI [3MV], mas o grupo do Conexão G. E que a gente já tem expertise inclusive para manter esse ritmo de trabalho. Mas é uma coisa que eu [ênfatisando] já estou apontando para a instituição. Só que as outras pessoas acabam esperando que a instituição faça apontamentos pros trabalhos. [A instituição?] A instituição – leia-se Gilmar. Então, nesse momento, eu estou tendo essa conversa com o Gilmar, pra gente conseguir pensar em estruturar um encontro semanal, que é o que eu quero que aconteça. E eu sei que as outras pessoas da equipe têm ideias, sabe? Mas só que eles estão esperando que a ideia do Gilmar case com a ideia deles. E eles não expõem as próprias ideias. Isso é uma dificuldade, inclusive. (Conexão G, Membro da Direção, entrevista, 2011)

O GRAB e o SOMOS têm em seus quadros um grupo com experiência em pesquisa científica, com formação acadêmica e conhecimento de experiências internacionais. Em termos numéricos absolutos e relativos, o SOMOS têm maior número de pessoas com graduação e pós-graduação universitária, incluindo mestres e doutorandos. O Conexão G conta com pessoas em menor número com graduação acadêmica.

A captação de recursos, atualmente, no GRAB e no SOMOS, por meio de projetos, é bem sucedida: ambas instituições contam (e contaram) com diversos financiamentos de agências governamentais e de agências internacionais. Nesse sentido, nas duas instituições, o total de recursos que o DEBIBrasil representa é pouco em relação aos financiamentos que as ONGs captaram através dos outros projetos atualmente em andamento. Tanto no GRAB quanto no SOMOS os projetos DEBIBrasil são descritos nas entrevistas em termos do seu capital político e simbólico. O maior projeto em termos de recursos e de tempo de execução, no GRAB, iniciou-se há pouco e é

financiado pela Petrobras; trata-se de um projeto envolvendo a capacitação de jovens para a indústria de turismo. A estrutura do SOMOS em termos de captação de recursos e organização foi mencionada como ponto fundamental para o desenvolvimento do Mpowerment:

Uma coisa importante lembrar é o funcionamento, a organização... A organização é muito semelhante a uma empresa aqui. Aqui se preocupa muito em determinar qual o papel de cada um, qual a função de cada um, para quem cada um presta contas. Isso tem o seu lado bom e o seu lado ruim. Mas pro Mpowerment... Pra gente é muito complicada a questão do financiamento, que atrasou, que muita coisa não chegou, então o SOMOS bancou muita coisa e foi essa questão institucional, organizada, que conseguiu dar conta disso assim.(SOMOS, Equipe Mpowerment, entrevista, 2011)

No momento das visitas e entrevistas, o SOMOS estava encerrando um ciclo de projetos, ocasião em que a entidade publicou uma nota em seu sítio na web anunciando que está “fechando as portas”, suspendendo temporariamente todo atendimento ao público externo (nota em Anexo). A nota explica que a falta de financiamento “obrigou” a organização a tomar tal medida drástica.

No caso do Conexão G, o grupo explica que já desenvolveu algumas ações e projetos enquanto grupo Conexão G; mais uma vez, tudo indica que enquanto *alvo* de um projeto maior, de *capacity building* desenvolvido pelo PROMUNDO, pois tratava-se de um financiamento dado diretamente pelo PROMUNDO a grupos em formação para projetos de valor limitado. No conexão G, o DEBIBrasil representa o projeto de maior vulto financeiro monetário que já tiveram. Além disso, como não há outros financiamentos no momento, o grupo não tem recursos disponíveis em caixa. Desta forma, a mobilização das pessoas que integram o grupo e que atuam no projeto DEBI representou um grande esforço: a equipe não tinha recursos para o transporte nem para a diária necessários para os dois dias de visita agendados. Cada um usou recursos próprios, acionando amigos, para estar na sede e permanecer o dia todo, durante a nossa visita. A falta de previsão orçamentária nos projetos para situações como a de visita de técnicos, financiadores ou avaliadores, não permite que todos membros das organizações apoiadas possam efetivamente tomar parte destes processos.

A maior familiaridade com a visita de pesquisadores, técnicos, representantes de financiadores ou avaliadores é visível no caso do GRAB e do SOMOS. Nas duas instituições, a recepção incluiu um *tour* pela sede e a distribuição de materiais produzidos pelas organizações, como livros e filmes em DVD.

A gente se ajeita ali e começamos a conversar. Adriano fala muito e está nervoso. Simpático, sempre, e divertido. Vejo que está nervoso porque fala muito rápido e está suando às bicas. Dediane está muda no computador, e sei que está prestando atenção a tudo. É muito discreta e parece até que não está na sala. Mas Adriano em alguns momentos se vira e pergunta a ela uma coisa – uma data, um nome, um lugar – e ela prontamente responde, sai, pega algum documento, retorna, nos mostra. Depois volta para seu silêncio, em frente ao computador. O grupo todo parece ter preparado um material para nós – Adriano pega um envelope e vai me

mostrando materiais da ONG, que estão ali para nós. São livros e fôlders, e tem também um DVD. A capacidade institucional, a produção da ONG, a sua organização para nos receber – fica tudo muito claro. Eles sabem receber financiadores ou avaliadores externos, há um "script" e eles estão nos mostrando tudo muito bem. (GRAB, Diário de Campo, Andréa)

Quanto à estrutura física das três organizações, GRAB e SOMOS têm sedes em sobrados; o Conexão G está temporariamente situado em uma sala cedida por outra ONG. O GRAB situa-se atualmente no Centro de Fortaleza, em uma rua comercial pequena, marcada pelo comércio local de frutos do mar e pela proximidade do Mercado São Sebastião. Não parecem haver residências nas proximidades, e é certamente uma parte mais empobrecida do centro da cidade. O sobrado é amplo, mas suas condições são bastante precárias no que tange à manutenção: as paredes estão com a tinta descascada, há manchas no chão, o forro apresenta buracos e há diversos canos de PVC aparentes que perpassam as paredes. O GRAB reduziu sua estrutura física há dois anos, quando decidiu pela manutenção de metade da área construída.

O sobrado sede do SOMOS está situado em uma rua pequena, com prédios residenciais e comerciais, em um bairro central. Fica muito próximo do campus da saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, razão pela qual o bairro tem grande circulação de estudantes e é de fácil acesso por transporte público. Nas imediações do sobrado há, como que num enclave, uma favela que sofreu um processo de urbanização. O sobrado é amplo e a construção apresenta boa manutenção. Tanto o GRAB quanto o SOMOS têm, em sua entrada, uma organização espacial que lembra uma recepção, com uma pequena mesa; nas duas há telefone fixo, aparelho de fax e diversos computadores, distribuídos em diferentes salas.

O Conexão G atua em espaço cedido pela Redes de Atendimento da Maré, uma organização da sociedade civil localizada na comunidade Nova Holanda, no Complexo Favela da Maré³. A Redes de Atendimento da Maré foi fundada em 2007 depois um processo de cisão ocorre entre o grupo de diretores de uma entidade maior, o CEASME; a Redes de Desenvolvimento da Maré, desta forma, nasce já com uma estrutura considerável e é, atualmente, uma organização que conta com prédio próprio e mais de cem pessoas em seu quadro. O espaço cedido para o Conexão G, no prédio da Redes de Desenvolvimento da Maré, é uma sala extremamente pequena, com aproximadamente 3 metros de largura e 3 metros de profundidade. A sala é térrea e a porta tem abertura direta para a rua, de modo que a entrada e saída do Conexão G é independente do acesso à Redes de

³ O Censo da Maré de 2000 indicava 130 mil moradores distribuídos em 16 comunidades – dentre elas, a Nova Holanda. O Censo da Maré é uma pesquisa sobre os moradores da favela realizada por grupos organizados da própria Favela da Maré, como o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), com auxílio de pesquisadores de instituições acadêmicas. Sobre o Censo da Maré, ver Silva (2002) e Teodosio (2006). Dados do Censo da Maré 2010-2011 ainda não foram publicados. O censo do IBGE de 2010 disponibilizado até o presente apresenta dados para os Aglomerados Subnormais em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>.

Desenvolvimento da Maré. Dentro da sala do Conexão G, estão espremidas duas mesas pequenas; sobre uma delas, há um computador. Uma das paredes é uma prateleira que sobe até o teto, com documentos e muitas caixas de preservativos para distribuição. Segundo uma das entrevistadas, a sala é tão pequena que se todos do Conexão G quiserem fazer uma reunião, não cabem ao mesmo tempo naquele espaço.

A Redes de Desenvolvimento da Maré tem telefone fixo e provedor de internet, serviços que são usados pelo grupo Conexão G para suas atividades. O Conexão G tem um telefone celular de uso comum para o grupo, que foi obtido com recursos do projeto DEBIBrasil, bem como um computador notebook. O sinal de telefonia celular dentro da Favela da Maré é fraco e inconsistente, tornando o aparelho inútil naquelas imediações.

A localização do Conexão G dentro do Complexo Favelas da Maré é um fator importante para a compreensão da instituição e foi determinante de situações de grande tensão no momento da visita para observação *in loco*. A entrada de pessoas que *não são da comunidade*, i.e. de não moradores, na favela só pode ser feita seguindo-se um protocolo, não escrito mas conhecido de todos, que envolve o anúncio anterior do desejo de visita, a negociação para sua aceitação, a comunicação de que se pode (ou não) entrar e, finalmente, o anúncio de que há estranhos entrando. A entrada de um táxi na comunidade é acompanhada de disparos de fogos de artifício, que também, depois, anunciam a nossa saída. A negociação para permitir a entrada de alguém de fora da comunidade se dá com quem estiver no comando.

Os entrevistados explicam que nas favelas em que o poder está nas mãos de traficantes, a negociação é com eles; no caso das comunidades *miliciadas*, a negociação se dá com agentes de segurança pública corruptos e, eventualmente, também com traficantes; no caso das comunidades *pacificadas*, ainda não está muito claro para os entrevistados qual seria o protocolo. Por ocasião da visita, a Maré estava dominada pelo *tráfico* e anunciava-se um processo de pacificação, que teria início. Com o início do processo de pacificação, ocorre a entrada de batalhões especiais, o BOPE, no território a ser ocupado, o que gera conflitos de toda ordem.

O processo de negociação para a entrada na comunidade não se restringe à negociação intermediada pela ONG junto a quem está em comando: ela envolve também uma negociação das avaliadoras junto a empresas de táxi, pois são raros os motoristas que aceitam a tarefa de entrar em uma favela. No segundo dia de visita à ONG para a realização de entrevistas e de observação, houve uma operação surpresa do BOPE na Maré. Uma vez que se trata de operação policial secreta, todos fomos surpreendidos com a chegada de inúmeros policiais com fardamento do BOPE e armamento ostensivo na *comunidade*. Muitos moradores aflitos narravam situações de invasão do BOPE para dentro de suas residências ou locais de trabalho. O comércio fechou as portas e rapidamente as ruas ficaram desertas. A tensão era palpável e todos, moradores, equipes do Conexão G e da Redes de Desenvolvimento da Maré, avaliadoras, policiais do BOPE, estavam bastante aflitos; a nossa circulação pelas ruas não era recomendável. Os policiais abordavam de forma agressiva as pessoas que estavam nos espaços públicos e ficaram parados à porta da Redes de Desenvolvimento da Maré o tempo todo. A situação, antes de relativa tranquilidade, tornou-se rapidamente – de modo imprevisível – numa situação de perigo eminente. Poucos dias depois, houve grande divulgação

mediática de uma operação policial que foi realizada na Maré, a menos de 400 metros da sede do Conexão G, que resultou na execução sumária de Marcelinho Niterói, considerado braço-direito do renomado traficante Fernandinho Beira-Mar.

Além da organização Conexão G ter menor tempo acumulado de experiência, membros mais jovens, menos recursos humanos, financeiros e institucionais, a ONG está situada numa *comunidade* de favela. Esse contexto é importante, pois delimita e circunscreve qualquer tipo de ação naquele espaço. Em qualquer projeto de intervenção, sem dúvida, é preciso que haja um processo de negociação e de aceitação, por parte da comunidade, daquela ação e daquele grupo, e essa negociação não se limita a organizações situadas em favelas. Entretanto, no caso do Conexão G, qualquer negociação é constante e sempre frágil, pois ora envolve o *tráfico*, ora envolve a *polícia*, além dos membros da comunidade a quem a ação se destina. A interrupção do trabalho da ONG pode ocorrer a qualquer momento diante de acontecimentos que fogem completamente ao seu controle, como a rivalidade entre facções criminosas ou uma operação policial.

Etapa em que os projetos se encontram

A visita *in loco* às organizações permitiu observar em que fase de implementação se encontravam os projetos DEBIBrasil (as fases de cada projeto estão sumariamente descritas em Anexo). Nenhuma das equipes estava em um momento ainda inicial de execução de ações. GRAB e SOMOS iniciaram em junho de 2011, enquanto Conexão G iniciou as atividades em agosto do mesmo ano. É importante salientar que os manuais todos foram escritos para projetos com maior duração do que a proposta neste piloto, e mencionam estratégias para assegurar a longevidade e a sustentabilidade das ações. Uma vez que as ONGs no DEBIBrasil tinham um cronograma delimitado para iniciar e finalizar suas atividades, em menos de doze meses, tais elementos tiveram menor peso na execução das três metodologias.

POL

O GRAB havia realizado as atividades de pré-implantação e havia finalizado as quatro sessões de treinamento do Formador de Opinião Popular. Uma questão fundamental na metodologia POL é a oferta de serviços culturalmente adequados, o que inclui o conhecimento do contexto local e o uso de linguagem apropriada àquela comunidade. A metodologia pretende trabalhar, a partir da perspectiva da própria comunidade, mudanças nas normas sociais, levando em conta e respeitando valores e crenças locais. Daí a importância dada, na metodologia POL, ao trabalho de pesquisa, envolvendo levantamento de dados epidemiológicos e trabalho de campo com pesquisa tipo etnográfica durante a fase de pré-implantação. A equipe de responsáveis pelo POL – coordenação, facilitadores e recrutador – foi unânime na constatação de dificuldade em realizar a fase de pré-implantação. A primeira barreira estava na compreensão do que seria necessário fazer em termos de coleta de dados nesse primeiro momento.

A observação em Fortaleza incluiu, além da sede do GRAB, uma visita à comunidade em que o POL foi realizado. A comunidade fica distante do Centro, onde está a sede da ONG; fomos acompanhadas por um dos membros da equipe do projeto, um facilitador. A comunidade é bastante pobre e as condições de urbanização, precárias. Não há muito asfalto nem cimento, a maior parte do chão é de terra; muitas residências não têm água encanada nem esgoto. As casas que vimos no

entorno das praças são pequenas, de tijolos, muitas com um muro na frente. Os espaços de sociabilidade principais são duas pequenas praças, que não oferecem muita infraestrutura.

Chegamos na comunidade em que o POL foi executado quando já era noite e, pelo menos naquele horário, a delimitação do uso do espaço segue uma clara divisão de gênero, onde os espaços públicos estão ocupados por homens e os privados, por mulheres. As mulheres que circulam naquela hora nos espaços públicos são antes de mais nada jovens, e jovens que estão na sua esmagadora maioria acompanhadas de filhos. Certamente sua circulação fora do ambiente doméstico é tolerada pela sua juventude e a presença dos filhos lhes confere respeitabilidade – são, afinal, “de família”. A segunda divisão do espaço naquela comunidade é, certamente, em função de práticas e identidades sexuais. A menor praça, que está mais às margens da comunidade, porque quase na avenida que marca o fim do seu território, é onde está a quadra de vôlei. Na quadra – dentro dela e ao redor dela – observam-se meninos, adolescentes e homens jovens. A relação entre eles é fundamentalmente mediada pela jocosidade: brincam uns com os outros, especialmente com provocações. Uma etnografia da comunidade certamente deveria dar conta deste tema, clássico à Antropologia, observando naquele contexto quem pode brincar com quem, quem pode dizer o que para quem e quem pode retribuir ou retrucar à brincadeira. Segue um trecho de diário de campo da avaliadora, descrevendo a visita à comunidade.

A comunidade é simples, fica na beira de uma avenida asfaltada. Chegamos e damos de cara com um "bar" que parece um pequeno trailer. É realmente muito simplório e parece ter uma vala de esgoto a céu aberto correndo atrás do bar. Tem uma televisão ligada, mesas de plástico espalhadas e duas senhoras negras limpando, indo de um lado pro outro, colocando cadeiras e mesas. Na parede, se lê "proibido som de carros" pintado à mão. Vamos avançando alguns metros, e praticamente colada no bar, está a quadra de vôlei. Já tem gente jogando, são todos rapazes jovens. São 3 para cada lado da rede. Do outro lado, bancos de cimento, dois rapazes observam sentados. Em torno da quadra, mais dois rapazes. Não vejo mulheres. Delson nos mostra que numa ponta da quadra está o centro comunitário. Mulheres com bebês sentam do lado de fora, na sala, no lado de dentro, há muitas crianças, e tem outra sala mais adiante, cheia de adultos. É um culto. Na outra ponta da quadra, observa-se uma porta de grade com três jovens e um menino, que pode ter no máximo 3 anos de idade, sentados, é a "lan house". É na "lan house" que fica guardada a chave do centro comunitário. O centro comunitário foi construído originalmente pela prefeitura, que mantinha ali uma creche. Depois, foi abandonado pela prefeitura, e agora é mantido pela própria comunidade. É um prédio precário, sem vidro nas janelas, com cheiro ruim e grandes bancos duros de madeira (tipo igreja). Ao lado do centro comunitário, um templo da Assembleia de Deus, bem arrumado. Vê-se que não há disponibilidade deste espaço para a comunidade, é apenas para os "crentes". Fica exatamente na parte onde os "gays" se reúnem, o que é interessante. Fico pensando no potencial para conflitos de toda ordem nesse encontro. A delimitação do espaço há de ser muito bem feita, mesmo que de forma simbólica, pois a quadra dista talvez seis metros do templo evangélico. Ficamos um pouco em torno da quadra, nossa presença é percebida por todos, os rapazes

cumprimentam Delson. Os rapazes são bastante jovens e pelo menos dois têm trejeitos muito efeminados. Não sei o quanto estão "soltos" porque conhecem Delson, o quanto são sempre assim. O espaço é obviamente um espaço gay. Reparo que há uma menina jovem, ela joga um pouco, depois desaparece. Conversamos um pouco de pé e depois Delson nos convida para irmos na outra praça. Apenas 20 metros depois chegamos na outra praça, essa maior, com uma quadra no meio onde crianças pequenas – 4 a 6 anos – estão jogando futebol. São poucos adultos em torno, as crianças estão sozinhas, e são todos meninos. Os adultos olhando o jogo e supervisionando as crianças são todos homens. Na ponta, um churrasquinho, onde 3 homens sentam e 1 assa. Fora da quadra de futebol, vejo um homem com uma menina numa motoca. Na esquina, o posto policial, com 3 policiais. Delson diz que o posto nunca está aberto, que isso é atípico. Explica que no centro da praça está uma torre com uma caixa de água, que ali era o chafariz da comunidade, onde muita gente vinha pegar água porque não têm água em casa. Mas a fonte quebrou e nunca foi consertada pela prefeitura. Nessa segunda praça, há muitas casas em volta, e na frente de casa se veem pessoas adultas e de mais idade sentadas ou de pé, conversando. Quase todas que vejo na frente de casa são homens. As mulheres eu percebo estão dentro do ambiente doméstico, costurando na máquina ou ajeitando a casa ou vendo televisão. As poucas meninas que eu vejo na rua estão acompanhadas de adultos, quase todas de suas mães. As jovens mães cumprimentam Delson, as filhas de mãos dadas. A única que cumprimenta Delson e que tem um filho menino deixa o menino andar sem a mão dela – ele vai sozinho na "lan house" e ela fica observando de longe. (GRAB, Diário de Campo, Andréa, dezembro de 2011)

As entrevistas com a equipe na sede da ONG, e a conversa com o facilitador que nos acompanhou à comunidade, revelam que a equipe conseguiu se inserir em campo e conhecer uma parte da realidade daquela comunidade. Entretanto, a direção e a equipe reconhecem suas limitações quanto ao método e à teoria que seriam necessários para um melhor levantamento de dados na fase de pré-implantação, o que teria seria benéfico para a intervenção. Especialmente, quase nada é dito sobre o primeiro passo: a identificação de "membros chave da população" e de "todas as redes sociais chave dentro da população alvo". O manual faz uso de um conjunto grande de conceitos sociológicos e antropológicos, que não são suficientemente explicados, como *técnica de bola de neve, tecido social, norma social, rede social, informantes e informantes-chave*. Além disso, o pressuposto metodológico básico para se dar início ao POL é a pesquisa de cunho etnográfico – o uso de técnicas etnográficas é um elemento central da metodologia. Nesse sentido, o manual pressupõe um leitor com formação na área e com experiência em pesquisa social. No GRAB, apenas Adriano tem formação, em nível de pós-graduação, em Sociologia (Mestrado Acadêmico); nenhum membro da equipe ou da ONG tem formação em Antropologia nem experiência anterior em pesquisa etnográfica.

Todos que passam ou cumprimentam Delson vai classificando e categorizando – esse é gay, esse é emo, esse é HSH mas não assume, esse é HSH assumido, esse é HSH quase indo para gay. O emo para mim parece uma travesti pobre que não teve

dinheiro para o silicone, mas não está vestindo um vestido. é um jovem negro com cabelos compridos e alisados para o lado. Saímos da comunidade depois das 20h30, Delson espera conosco um táxi na avenida, mas diz que vai voltar “para se despedir”. Ele nos mostra ainda que atrás do centro comunitário há uma viela, com um muro, e “ali é onde vão pra trepar e se drogar”. Pergunto das drogas e ele diz que só sente cheiro de maconha e que acha que também tem crack. Insisto nas perguntas e ele diz que acha que não usam drogas injetáveis ali. Observo que talvez a equipe não tenha buscado maiores informações sobre o uso de drogas na comunidade, nem sobre uma possível rede social envolvendo o seu uso. Passamos por trás do bar e vejo que tem dois banheiros precários, por onde escorre a vala até a avenida. (GRAB, Diário de Campo, Andréa, dezembro de 2011)

A forma com que o facilitador emprega as expressões que mesclam práticas sexuais e identidades sexuais pareceu ser mais um dado a ser coletado etnograficamente – seriam expressões de uso corrente na comunidade ou seriam fruto da sua interpretação de termos empregados por outros dentro do GRAB? Uma vez que ele fez a facilitação dos encontros de formação de POL, a pergunta não é sem importância.

As quatro sessões previstas no manual foram realizada pela equipe do GRAB: (1) Ensinando os líderes de opinião sobre redução de comportamento de risco de infecção pelo HIV; (2) Mudando normas através da comunicação; (3) Praticando conversas para redução de risco; (4) Dando prosseguimento a conversas sobre redução de comportamentos de risco e inspirando a manutenção. Não haviam sessões em andamento que pudessem ser observadas na comunidade por ocasião da visita.

Mpowerment

O SOMOS estava em processo de execução do Mpowerment por ocasião da visita; ainda seria realizado um M-Group, que estava sendo organizado. O espaço físico para sediar o projeto foi construído, aproveitando uma parte do sobrado em que o SOMOS está localizado. A entrada do SOMOS – a porta para a rua – é única, portanto, é preciso entrar na ONG para acessar o espaço Mpowerment, mas a porta deste último está imediatamente à frente da primeira, de modo que não é preciso circular pela ONG para chegar ao espaço.

[Entrevistado 1] Acho que em termos de a gente conseguir pegar um lugar, dentro do espaço físico [da ONG], e especificar pro Mpowerment, e conseguir realocar outros projetos, e conseguir... acho que isso contou muito pra gente conseguir fazer o Mpowerment.

[Entrevistado 2] Também acho. Pensando na metodologia e na forma de aplicação, essa parte mais organizada... Aqui por exemplo era a sala mais.... Agora ficou pro Mpowerment. E não sabia que os guris estavam ali [tem outras pessoas da ONG usando uma parte da sala] Claro, tem a circulação. Tem um número de computadores, todo mundo tá precisando fazer alguma coisa, passa pelas áreas, mas ela se diferenciou bastante, desde o momento em que o projeto começou até agora. (SOMOS, equipe do projeto Mpowerment, entrevista, 2011)

A estrutura e a organização da ONG, o SOMOS, é considerada fundamental para o projeto pela equipe que o executa, pois este apoio possibilitou que o projeto tivesse início e, em muitos momentos, continuidade.

Desde o começo, quando a gente começou a divulgar, que a gente aplicou os questionários, onde foi que a gente colocou a divulgação dos questionários? Na divulgação do SOMOS. A gente usou os contatos, que quem tinha era o SOMOS, a gente, querendo ou não, no começo, a gente vinculou a imagem... Por exemplo, o grupo focal que a gente fez, a gente chamou como SOMOS e dizendo assim, "O SOMOS está planejando um novo projeto, e a gente queria fazer um grupo focal", então, foi a partir do SOMOS. Hoje eu acho que a gente já está querendo cortar essa ligação o máximo possível, assim. A gente não fala mais do SOMOS quando a gente está aqui no Mpowerment. A gente fala, no máximo, por exemplo, agora, no Tour Priscila, a gente vai precisar de um orçamento e acho que orçamento que a gente vai usar vai sair a partir do SOMOS, porque não entrou ainda [o recurso do DEBIBrasil]... (SOMOS, equipe do projeto Mpowerment, entrevista, 2011)

A questão um pouco mais da ONG, a SOMOS parece ter um pouco mais de estabilidade... Por que o NUANCES, assim, a questão de qual é o espaço que eles ocupam, qual é a sede, tem essa coisa da organização, mas tem essa coisa também de que a gente sempre pode ter esse espaço, esse espaço voltado para o projeto, a gente pode ter espaços para estar conversando, para constituir o Conselho Comunitário, eu acho que isso se deu através de coisas que já passavam pela ONG, a gente usou estes dispositivos... E isso dentro daquela ideia de que tem de ser um espaço seguro, um espaço acolhedor, isso é muito importante, que seja um espaço legal... O espaço é uma das questões que se colocam durante o trabalho também. (SOMOS, equipe do projeto Mpowerment, entrevista, 2011)

A equipe do Mpowerment, que são jovens com pouca experiência na ONG, não teve oportunidade de passar por qualquer tipo de capacitação. Quando foram convidados a integrar, e coordenar, o Mpowerment, a capacitação do Mpowerment já havia ocorrido no SOMOS, com membros da direção da ONG. Eles tiveram acesso tão somente ao manual e dialogaram com aquela pessoa que tinha passado pela capacitação. A equipe de coordenação do projeto não se sentiu bem assessorada em termos de consultores. Narram a leitura do manual como um momento intenso em que os únicos recursos eram o manual, os dois membros da equipe e uma pessoa da Direção, todos tentando fazer sentido daquele texto.

Um dos primeiros passos para a implementação do Mpowerment é o *community assessment*, que foi traduzido no manual em português como *avaliação da comunidade*. Trata-se de determinar algumas características da comunidade visando identificar os diferentes *settings* sociais existentes, as redes sociais, pessoas-chave. O início do projeto é descrito como um momento muito complicado, e houve grande dificuldade com relação ao levantamento de dados para o *community assessment*.

Eu acho que o começo desse projeto é super complicado. Tanto em termos do mapeamento, de constituição da norma, de chamar as pessoas, acho que assim tem que ter mais uma... tem que ter uma base. Tem que ter uma instituição por trás. Não só isso, acho que tem que ter uma consultoria mais forte na área de pesquisa, na parte de mapeamento. Por que por exemplo a gente... quando veio o Hank ele nos tranquilizou do mapeamento. Ele nos disse, "Não, mas não precisa ser perfeito, porque é só [ênfatisando] um piloto, não sei o que, não sei o que..." Mas eu acho muito importante. Muito. Agora. Agora, que a gente já tem mais ou menos um plano, assim, como a gente tá indo, também nos preocupa, "tá, mas quem é que a gente está atingindo? Pra quem que a gente está fazendo esse trabalho?" Acho que isso é muito importante. Como é que a gente vai expandir esse trabalho? (SOMOS, equipe do projeto Mpowerment, entrevista, 2011)

A equipe não conseguiu sanar suas dúvidas sobre o que exatamente deveria ser feito através da leitura do manual.

A coisa do mapeamento. Como é que a gente vai mapear? Tinha essa necessidade. A gente pensou: a gente vai para um lugar onde a gente já foi? A gente faz o quê? Podemos pegar ONG? E aí fica aquela coisa... Tá, podemos, mas até a gente ir... fazer... E depois deu uma tranquilizada e deu para ver que não foi... Tanto no workshop quanto nas vindas do pessoal deu para ver que não foi aquele descabelamento [sic] de "Nããããã, vocês mapearam pela instituição!". Mas se criou um clima de trabalho assim porque tem pouca troca. (SOMOS, equipe do projeto Mpowerment, entrevista, 2011)

O chamado *core group* (grupo núcleo) havia se constituído e o Mpowerment estava em um momento ainda inicial de divulgação de atividades e do projeto como um todo. Muito recentemente tinha se criado um símbolo e um nome para o projeto. A questão da expansão do grupo tem ganhado importância para o *core group* e para a equipe. Um M Grupo foi organizado, com o próprio pessoal do *core group* no espaço do projeto, e um segundo M Grupo teria início em data próxima à nossa visita à instituição.

A capacidade institucional da organização que abriga o projeto e a autonomia daqueles que coordenam o projeto Mpowerment estão sempre em uma relação bastante tensa. A ONG "captou" o projeto e o recurso, a ONG viabilizou sua existência e sua manutenção, mas o próprio projeto fomenta a criação de um grupo com autonomia e independência com relação à ONG.

Os meninos do Mpowerment... Eles são jovens. Quando começaram os encontros, a gente ficava nervoso. Não tinha nada organizado. A gente fazia reunião com eles, dizia um monte de coisas, eles não anotavam nada. Achavam que não precisava. Depois, ia começar um encontro, o pessoal já ia chegar, e nada. Não tinha nada pra beber, nada pra comer. O pessoal chegava e eles se davam conta! Começaram a comprar as coisas. Mas ainda esqueciam copo descartável, guardanapo. Depois a gente viu que tinha que ser assim mesmo, era um processo de aprendizagem, eles precisavam passar por isso, e a gente foi relaxando. Agora vai começar a reunião, o

Sandro olha e quando chega lá em cima pergunta “mas não tem reunião hoje? O que está acontecendo?” e a gente diz “é o empowerment, é o empowerment” [rindo] (SOMOS, equipe diretiva, entrevista, 2011)

A ambiguidade e a tensão se reproduzem em um outro nível, quando o grupo que coordena o projeto precisa ficar numa posição mais afastada e dar autonomia a um membro do Core Group que agora vai, sozinho, coordenar um M Group. A equipe está um pouco aflita pois na preparação e na divulgação do M Group eles já teriam observado problemas, que vêm sendo contornados.

[Entrevistado 2] Vai ter o M Group. Quem vai coordenar é um deles, já, agora. Claro, que tem um background, ele é estudante de Medicina, ele já trabalhou com a questão do HIV, mas ele está se apropriando do espaço e ele vai coordenar. A gente vai estar aqui, só participando, estando aqui, facilitando. Mas ele se apropriou desse espaço e ele vai... Ele fez um evento no Facebook, convidou os amigos dele. Ele botou pra mim numa mensagem, por exemplo, "Vou abrir um evento no Facebook para convidar meus amigos"... Ele tem mil e tantos amigos! E a gente falou, "Mas não pode!"

[Entrevistado 1] O manual diz que não pode fazer isso. Em primeiro lugar, o manual diz isso. Bom, mas, e se aparece 30 pessoas aqui? O que que a gente vai fazer, sabe? E... daí é pior ainda, né? Aparecem 30 pessoas aqui e daí numa mais vão voltar!

[Entrevistado 2] Tem um trecho no manual: "não propagandeie o M Group como evento de prevenção". Como é que é o título do evento que ele criou? [rindo] "Oficina de Prevenção"!

[Entrevistado 1] E a gente falou, assim, mas ele, "não, deixa comigo", então, tá, tudo bem... (SOMOS, equipe do projeto Mpowerment, entrevista, 2011)

Um elemento enfatizado no manual do Mpowerment é que se promova a diversidade racial, étnica e socioeconômica. Entretanto, não está muito claro para equipe – porque não está claro no manual – de que forma esse processo deve ocorrer. O manual em inglês, por exemplo, ao mesmo tempo que menciona a promoção da diversidade, em diversos trechos, tem um grande número de fotografias ilustrativas, retratando grupos de homens jovens. Cada foto de grupo no manual em inglês é composta de membros muito semelhantes entre si, indicando, ao menos visualmente, pouca diversidade intragrupos (algumas ilustrações, a título de exemplo, estão nas Figuras 1 e 2). As ilustrações de material de divulgação, no mesmo documento, revelam grupos cuja divulgação enfatizou semelhanças: *“looking for a place to be yourself? meet other black gay/bisexual men between the age of 18 & 29”* (Full Manual, p. 37).

Figura 1 Ilustração de grupos retirada do manual em inglês do Mpowerment (Full Manual, p. 4)



Figura 2 Ilustração de grupos retirada do manual em inglês do Mpowerment (Full Manual, p. 10)



A equipe identificou uma rede social e conseguiu se aproximar de rapazes jovens que a integravam, mesmo que não se conhecessem pessoalmente. A introdução de pessoas que integram outras redes, quiçá em outros *settings*, não parece fazer muito sentido ao *core group*. O sucesso inicial do *core group* traz consigo o perigo de criar um grupo que se fecha em si mesmo, onde é difícil a introdução de novas pessoas sem que elas se sintam estranhas e externas àquele grupo.

Durante as visitas ao SOMOS, foi possível também agendar entrevista com dois rapazes que participavam do *core group* do Mpowerment. Não foi observado um encontro do grupo, porque avaliamos que nossa presença provocaria um constrangimento aos presentes.

3MV

O Conexão G completou sete sessões com um grupo 3MV e estava iniciando, no momento da visita, um segundo grupo. O início das atividades deste projeto foi depois dos outros dois. Não haviam condições mínimas, na visão do presidente da instituição, para se iniciar antes:

Não é possível iniciar o projeto sem que houvesse uma estrutura. A gente tem essa estrutura que é da Redes [Redes de Desenvolvimento da Maré]. Só que existe um limite para a utilização desse espaço. Por mais que eu tenha um certa abertura, com a instituição Redes, com a Diretoria – eles apoiam mesmo, de fato – tem limites. Tem coisas que é possível e tem coisas que não são possível. Então a gente precisava de estrutura para dar conta disso. As outras instituições começaram o trabalho porque tinham recursos e depois eles foram regularizando. O Conexão G, não. Teve de ficar parado. [...] Tudo o que foi possível fazer com nosso recursos... Inicialmente teve um processo... a gente iniciou com nossos recursos mesmo. O processo de recrutamento, de visitas, a gente iniciou, a gente foi lá, foi com nosso dinheiro, a gente fez tudo o que era possível dentro daqueles limites, mas não dava para ultrapassar. Até porque eu não poderia fazer isso com os meninos, com a equipe. Se existe um recurso para um projeto, existe uma equipe, jamais eu vou dizer, "Vai lá, pega o seu dinheiro para fazer". Mas todo mundo entendeu que era possível, se mexer, tirar do seu bolso, pagar a passagem, a alimentação, isso e aquilo, e a gente conseguiu dar início ao processo até chegar o recurso. O recurso chegou só agora, em outubro, e aqueles gastos foram em julho. (Conexão G, Presidente, entrevista, 2011)

O treinamento da equipe do Conexão G, como no caso do SOMOS, envolveu pessoas que depois não foram as pessoas mais próximas do público. A capacitação durou dois dias, com a consultora externa e o técnico do Departamento de DST/AIDS/HV; a equipe que depois efetivamente fez o trabalho de mediação dos encontros não participou de tal capacitação. Em um segundo momento, novamente vieram consultora externa e técnico, mas o treinamento foi ainda mais intensivo, pressupondo a realização da primeira capacitação e o repasse de informações da parte de quem tinha feito o treinamento para aqueles que agora estariam participando. Basicamente, a proposta era realizar uma simulação dos sete encontros do 3MV com a equipe que efetivamente executaria o grupo (os facilitadores), mas, na prática, houve tempo apenas para simular os primeiros quatro encontros. Os outros três nunca foram simulados junto aos facilitadores.

O Conexão havia escolhido duas pessoas para trabalharem como facilitadores e depois se viu obrigado a alterar a equipe, a contragosto. A equipe inicialmente selecionada pela ONG era considerada pela Direção da ONG como estando bem capacitada. Em mais de uma entrevista, foi enfatizada a formação acadêmica dos dois primeiros facilitadores selecionados pela ONG como um fator importante em termos de sua capacitação.

A equipe [primeira de facilitadores] não estava no formato previsto. A metodologia prevê trabalhar com negros homossexuais. Tinha um homossexual, que era um psicólogo, e que seria um facilitador, mas ele era branco. E tinha uma negra, mas ela era mulher. [...] Pensando, agora, em termos de uma avaliação [do DEBIBrasil], eu até concordo com o perfil que o Ministério queria porque as questões que eram

discutidas nas sessões eram questões delicadas, de vida pessoal, daqueles ali enquanto homossexuais, gays, jovens, negros... Então era impossível se tratar de coisas pessoais com... entendeu? Tinha de ser mesmo, realmente, alguém com quem a própria pessoa se identifique. (Conexão G, Presidente, entrevista, 2011)

A equipe inicialmente selecionada passou pela capacitação com consultora e técnico, o que foi um investimento da parte de todos os envolvidos. Se era necessário, de acordo com a metodologia, um outro perfil de equipe, resta a dúvida sobre porque foi feito o investimento em termos de capacitação nessa primeira formação. Um membro da ONG entende que foi durante a capacitação dos primeiros facilitadores que a consultora e o técnico teriam concluído sobre a impossibilidade daquelas pessoas participarem da intervenção. Uma vez que houve mudança na equipe, os facilitadores que efetivamente executaram o projeto por sua vez deveriam ter recebido uma capacitação integral e não parcial.

Daí foi essa nova equipe que foi formada. E daí não tivemos treinamento. Como eles tinham... Bom nesse momento eu achei também que foi um pouco bom nesse momento eu estar como facilitador também foi... facilitou nesse sentido. Por que daí não precisou fazer um outro treinamento. Por que? Por que eu já estava muito envolvido com o projeto. Então não ia precisar ter aquele momento de explicar, de explicar o que que é o projeto, isso e aquilo... O único treinamento que teve foi assim que nós recebemos o manual e bom, "estudem o manual" e "Vamos marcar depois um ensaio geral para saber se está tudo certo". Não tivemos um outro treinamento. O ensaio foi com a Lília e com o Oswaldo também. Nesse momento, foi no final de julho, e deixa eu lembrar... foi aqui, no prédio da Redes [Redes de Desenvolvimento da Maré]. Foram dois dias. E aí a gente foi fazendo, como se estivesse fazendo mesmo as oficinas. A gente fazia o... Nós ensaiávamos, a gente fazia como se estivesse acontecendo mesmo a oficina e depois a gente ia acertando os pontos que precisava acertar. Mas aí foram dois dias. Fizemos até a sessão número 4, porque não deu pra fazer as sete sessões. E lembro que a gente tinha combinado então como a gente faria uma sessão por semana então tinha tempo de, antes de chegar até a 4, fazer um outro ensaio. Mas acabou não acontecendo. Nunca aconteceu outro ensaio. Então na verdade não tivemos treinamento, como essa primeira equipe. (Conexão G, facilitador, entrevista, 2011)

A ONG não conseguiu realizar a etapa inicial de mapeamento, especialmente por duas dificuldades. A primeira dificuldade foi de compreensão do que seja a tarefa de mapeamento, pois que não estava suficientemente clara sua descrição no manual. A segunda foi de comunicação e supervisão junto à consultora e/ou técnico do Departamento.

O grande problema que nós tivemos é com o mapeamento. Que das etapas previstas, não foi executado. E o resto... nós conseguimos – ao que me lembre, por que são muitas partes, né, que têm um envolvimento maior dos facilitadores – o projeto... Eu não sei se o mapeamento não foi executado só por falta de tempo, para ser sincero. Por que é o que eu estava até conversando em reuniões anteriores, mas

é porque essa questão era uma questão mais da coordenação mesmo. Quando eu cheguei para a equipe a questão do mapeamento já estava toda encaminhada. Encaminhada, que eu digo, assim: como ia ser feito, isso já tinha sido definido. E aí não foi feito porque foi passando de mão para mão para mão para mão e ninguém resolvia. Parecia que ninguém sabia muito bem o que que era fazer um mapeamento. E não tinha uma explicação muito clara... De qualquer forma, teve um momento em que eu expus uma coisa, eu disse, "gente, se não se tem, sei lá, se não se sentem capazes de fazer da forma que está sendo pedido, de alguma forma, façam!" Mesmo que seja uma aba falante... pega um papel pardo e desenha o que você acha que é a comunidade, e os pontos que existem ali e que você acha importante pro projeto. Isso já é um mapeamento. Inicial. Isso pode ser feito por uma criança de 5 anos. Você pega ali uma criança e diz assim, "desenha onde você mora", ela vai desenhar, do jeito dela. Agora, cabe, aí, entrar numa outra discussão. Que é ensinar esse mapeamento... que é mais solto, que não vai de encontro às especificidades que... do que foi pedido... bom isso não quer dizer também que não seja o suficiente pro projeto. Eu acho que é. Cabe aí então num nível de discussão com consultoria. E que eu acho que a coordenação do projeto se negou a fazer essa discussão. E aí... preferiu... Já tinha uma certa tensão nessa relação... Então, como houve essa negativa, então, acabou que a coisa não aconteceu, não rolou! (Conexão G, Membro da Direção, entrevista, 2011)

Por um lado, percebe-se que o grupo deixou de buscar o auxílio de que precisava, em função de uma relação que foi se desgastando ao longo da execução do projeto e que foi complicada por dificuldades de comunicação entre membros do Conexão G e a consultora externa. Por outro lado, nem consultora externa nem técnico do vinculado ao Ministério da Saúde conseguiram se aproximar do projeto ao ponto de perceber o problema e intervir a tempo.

A demora no repasse de recursos para o projeto acarretou um atraso na produção de materiais importantes para as atividades, como *bottons*, camisetas e bolsas, com o logotipo AVI.

O Conexão G planejava, no momento da visita, realizar as sete sessões com um segundo grupo, nos mesmos moldes do primeiro grupo. A organização planeja fazer um *intensivo* com um terceiro, no início de dezembro, com intuito de testar a aplicação da metodologia em menor espaço de tempo, concentrando os encontros com um grupo durante um final de semana (sete encontros em três dias).

Durante a visita, foi possível tanto fazer observações do funcionamento do Conexão G, de sua inserção na comunidade, quanto realizar entrevistas também com pessoas que haviam participado dos grupos. O presidente do Conexão G é uma pessoa que tem raízes naquela comunidade: nasceu e *se criou* ali. Apenas por um breve período de tempo em que foi estudar em São Paulo, sempre viveu naquela comunidade, assim como sua avó, mãe, tia, irmãos e sobrinhos. Gilmar é assim pessoa conhecida e reconhecida naquela comunidade, o que fica muito evidente quando caminhamos com ele pelas ruas estreitas da Maré. Um rapaz que participou das sessões e que foi entrevistado disse inclusive que o Gilmar é muito conhecido na comunidade, desde há

muito, pois atuava bastante muito na Igreja. Hoje em dia, Gilmar não é mais católico, e frequenta uma *casa de religião*, i.e. pratica uma religião afro-brasileira. Percebe-se que ele é praticante assíduo e, no momento da visita, ele estava em meio a um ritual religioso importante, o *resguardo*. Durante vários dias, só poderia se vestir de branco, sempre com uma guia no pescoço, tinha restrições alimentares, não poderia pegar sol e deveria evitar atividades em determinados horários. Certamente sua inserção nas religiões afro-brasileiras daquela comunidade, com a seriedade e intensidade que se percebe que ele fez, possibilitou sua inserção, seu reconhecimento e sua legitimidade em outra rede social dentro da própria Maré. As pessoas cumprimentam, param para conversar, interpelam Gilmar para fazer perguntas. Conversam sobre os assuntos mais diversos: a comunidade, o BOPE, o Conexão G, religião, preservativos. A sobreposição pessoa física do Gilmar, sua função dentro da instituição (a presidência) e a instituição – ONG – ocorre, como antes mencionado; é a sua notoriedade o que dá reconhecimento e legitimidade ao Conexão G nesse momento em que a organização está se consolidando.

Na sala que a ONG ocupa, durante os dois dias em que estivemos presentes, foi visitada diversas vezes por travestis, que buscavam preservativos e gel lubrificante; em uma ocasião, uma moça representando uma associação comunitária pegou uma caixa de preservativos, explicando que sempre pegava com o Conexão G esses insumos. O grupo vem, sem dúvida, consolidando-se como uma referência naquela comunidade, seja como local em que a população LGBT tem um espaço, seja como local que disponibiliza insumos de prevenção.

Entrevistas

Foram realizadas entrevistas com pessoas que integravam as organizações, em cargos de direção, aquelas que integravam as equipes dos projetos DEBIBrasil, bem como algumas pessoas que participaram dos projetos na condição de *população alvo*. Foram ainda entrevistadas pessoas vinculadas ao Departamento de DST/AIDS/HV do Ministério da Saúde, à FIOCRUZ e à FIOTEC. Por fim, foi feita ainda uma entrevista com a consultora externa do DEBIBrasil. Todas as pessoas atuando na agência governamental para AIDS, bem como a consultora externa, que atuou durante muitos anos como técnica deste mesmo Departamento, têm uma trajetória que inclui atuação em movimentos sociais ou organizações não governamentais. Os técnicos responsáveis pelos projetos na FIOTEC, ao contrário, não tiveram atuação na sociedade civil, não tendo muito conhecimento sobre o funcionamento ou as especificidades de ONGs. Na FIOCRUZ, foi possível entrevistar Marly Cruz, *Principal Investigator* do *Cooperative Agreement* (CoAg), acordo este que teve entre suas atividades planejadas a realização do DEBIBrasil. A outra pessoa entrevistada na FIOCRUZ atuava, antes, na FIOTEC, tendo uma trajetória semelhante à dos outros entrevistados desta Fundação. A análise das entrevistas foi temática, sendo apresentados a seguir os temas centrais que emergiram e que ainda não foram apresentados nos comentários aos manuais ou nos resultados das observações.

Inovação

Técnicos do Departamento de DST/AIDS/HV, consultora externa e membros das ONGs enfatizaram o elemento da inovação que o DEBIBrasil representou. Historicamente, o Departamento de DST/AIDS/HV consolidou, nas últimas duas décadas, uma política com uma trajetória coerente que se pauta pelo discurso dos direitos humanos na saúde e pela redução das desigualdades sociais.

Além do diálogo, consolidou parcerias com diversas entidades da sociedade civil. A disponibilidade de recursos e o modelo de parceria vem se modificando gradualmente nos últimos anos, mas de um modo geral as ONGs concebem projetos e executam ações com base em seu *expertise*, recebendo o apoio técnico e financeiro do Departamento de DST/AIDS/HV.

Inovação na autoria e execução

Uma primeira novidade é que, com o DEBIBrasil, as ONGs foram solicitadas a executarem os pacotes 3MV, POL ou Mpowerment – pacotes dos quais elas não tinham autoria. Executar um projeto elaborado por outro grupo ou instituição constitui, em si mesmo, uma inovação, por conseguinte, para as organizações. As atividades desenvolvidas com as intervenções, entretanto, não foram consideradas como grandes inovações – nem pelas equipes das ONGs, nem pelo Departamento:

Eu percebi que o que a gente ia fazer já era o que a gente fazia. Já é a discussão que o grupo, que eu venho fazendo. Só que em outro formato. (Conexão G, entrevista, 2011)

Este projeto, de algum modo ele, do ponto de vista da experiência brasileira, com ONGs que trabalham intervenção, ele traz uma forma de sistematizar intervenções. Intervenções que, de algum modo, as ONGs já faziam. Quer dizer: as ONGs já faziam intervenções comportamentais. De um modo geral, grande parte das Organizações Não Governamentais, sobretudo aquelas mais estruturadas, elas já tinham uma experiência em como trabalhar... (Departamento de DST/AIDS/HV, entrevista, 2011)

Os entrevistados consideram que o trabalho em grupo, a condução de uma oficina, a intervenção comportamental visando a prevenção, são atividades que já eram desenvolvidas pelas ONGs.

Inovação no registro sistemático

Outra dimensão da inovação está no registro sistemático e organizado das ações, na forma de um plano de trabalho detalhado. Evidentemente que os projetos já elaborados e executados pelas ONGs eram apresentados na forma de um plano de ação; porém, o grau de detalhamento de cada passo no DEBI é muito maior, justamente porque (1) será executado por um grupo de pessoas que não o concebeu e porque (2) foi apresentado visando assegurar sua reprodutibilidade. É justamente a dimensão formal da inovação que é pontuada pelos entrevistados como um ganho do DEBI e, principalmente, como uma inspiração: mais do que buscar outras metodologias DEBI a serem reproduzidas no Brasil ou mesmo difundir os três pacotes testados, os entrevistados são unânimes quanto ao ganho no aprendizado do “empacotamento”.

Especialmente os entrevistados representando a agência governamental destacam que é preciso sistematizar as ações que as ONGs brasileiras vêm fazendo, i.e. “empacotar” as intervenções brasileiras. A tecnologia de *empacotar* uma intervenção que estaria sendo transferida ao Brasil, através do DEBI, implica por um lado a sistematização de atividades, de forma detalhada, e, por outro, a demonstração de que a intervenção consegue atingir seus objetivos e por isso mesmo deve ser reproduzida. A demonstração, preferencialmente científica, de que aquelas atividades estiveram associadas àquele resultado é fundamental nesse sentido.

As ONGs não têm uma expertise para formalizar aquilo que elas fazem em termos de intervenção – de traduzir algo que é estritamente prático, é uma expertise ótima que elas têm – mas não conseguem passar desse campo da prática para demonstrar que aquilo que elas fazem tem realmente um efeito importante. (Departamento de DST/AIDS/HV, entrevista, 2011)

Inovação teórica e conceitual

Uma outra dimensão da inovação está no marco teórico e conceitual que embasa a intervenção, tanto no que diz respeito à sua explicitação, no corpo do texto do projeto, quanto no uso de conceitos e teorias com as quais os entrevistados estão menos familiarizados. Especialmente a abordagem da psicologia (não social), a ênfase no indivíduo e a ideia de *empowerment* foram mencionados pelos entrevistados. As intervenções testadas, POL, Mpowerment e 3MV, são de ordem *comportamental* na visão de um entrevistado, e não *estrutural*.

Ainda na perspectiva das mudanças provocadas pelo DEBI do ponto de vista teórico e conceitual, deve-se mencionar a participação de técnico do Departamento de DST/AIDS/HV e de consultora externa em cursos de capacitação do CDC nos Estados Unidos. A experiência foi considerada muito positiva, tanto pelo aspecto do conteúdo dos cursos quanto pela sua forma e organização. Uma barreira, entretanto, foi a língua. Tal dificuldade foi observada por exemplo no *workshop*, ocorrido no Rio de Janeiro, com a participação das equipes e de técnico do CDC que falava apenas inglês. Foi também observada ao longo do processo de coleta de dados, incluindo observações e entrevistas.

A dimensão política da inovação

Os entrevistados destacaram a dimensão política que esta inovação – a construção de intervenções “empacotadas” – pode ter no campo HIV/AIDS:

Cada vez mais, você tem uma necessidade de produzir evidências para as intervenções, sejam elas comportamentais, sejam elas estruturais, para que você possa sustentar a base política da resposta no campo específico da prevenção. A prevenção, a partir de 2006, ela vem sendo muito criticada. Justamente pela falta de evidência concreta com relação às intervenções que foram acumuladas. Tivemos aí pelo menos uns vinte anos de acúmulo de várias intervenções, mas nada muito sistematizadas, a não ser algumas das comportamentais que foram avaliadas a nível internacional, mas quando você olha no conjunto a questão de acesso a diagnóstico, questão de aconselhamento, os diferentes campos e objetos da prevenção, eles sofriam dessa carência de sistematização. Isso traz um reforço importante para que você possa inclusive posicionar o campo da prevenção, nesse debate, hoje, extremamente medicalizado que é o debate, por exemplo, na falta de evidências importantes no campo da prevenção você tem por outro lado uma tendência à medicalização do campo da prevenção – que vem ocorrendo com as medidas biomédicas. Não que elas não sejam importantes, elas são importantes, mas de algum modo, pela falta de evidência, justaposta a quem produz evidência, você fica numa situação de um pouco mais de desvantagem. O que vem acontecendo com o campo da prevenção, sobretudo esse campo mais político, estruturante e

comportamental, ela perde força frente a essas outras formas de intervenção, sobretudo as biomédicas. [...] O componente, mais significativo é essa produção de conhecimento e de transferência de tecnologia para você avaliar e produzir ferramentas que sejam baseadas em evidências para esse campo da prevenção. (Departamento de DST/AIDS/HV, entrevista, 2011)

Uma intervenção baseada em evidências que suporte ações não-biomédicas no campo da prevenção, portanto, se traduziria então em um ganho político advindo de metodologias como o DEBI.

Inovação no processo

A execução dos projetos DEBI representou também do ponto de vista operacional uma inovação para as organizações envolvidas. As ONGs não tinham ainda trabalhado com financiamentos da FIOTEC, e a dinâmica para a remuneração de pessoas e para a compra de materiais foi estranhada. O processo especialmente de aquisição foi considerado demasiadamente lento e burocrático, tendo sido considerado um dos fatores que dificultou a execução do projeto. A FIOTEC por sua vez é uma fundação que foi criada para dar apoio técnico-administrativo à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, que lida historicamente com projetos de pesquisa acadêmica. Assim, o financiamento às ONGs no DEBI representou também uma novidade para o assistente de projetos e para a gerente de projetos. Os entrevistados que atuam na FIOTEC enfatizaram que têm grande interesse em conhecer mais os projetos que eles ajudam a executar, pois na maior parte do tempo eles apenas conhecem sua execução financeira; quando aprendem sobre os resultados, sentem-se extremamente gratificados por ter participado de alguma forma daquele projeto. O financiamento internacional através do CDC, para o *Cooperative Agreement* como um todo, representou uma novidade para a FIOTEC.

Dificuldades relativas ao financiamento

As ONGs enfrentaram dificuldades com a demora no repasse de recursos (materiais e insumos), uma vez que era necessário seguir um protocolo para a compra de qualquer material que era moroso. Em alguns casos, as exigências relativas ao processo de aquisição eram, na perspectiva da equipe, exageradas, inexplicáveis ou impossíveis: a nota fiscal eletrônica, por exemplo, não é emitida por todos os estabelecimentos comerciais, e era uma exigência da FIOTEC.

As soluções encontradas pelas ONGs foram diversas. No caso do GRAB, por exemplo, o *dinheiro da miudeza* – isto é, os recursos necessários para pequenos gastos do cotidiano, como água, café, transporte – foi repassado a uma pessoa física da ONG, que depois repassava o dinheiro conforme a necessidade para a equipe. No caso do Conexão G, houve maior atuação de ainda mais uma pessoa, Vera Menezes. A ONG, entretanto, ainda não compreendeu por que é necessária essa intermediação:

Esse projeto é o mais difícil. Os outros recursos eram assim. Por exemplo, eu chegava no PROMUNDO e falava, a gente precisa disso... É tanto. O PROMUNDO conseguia levantar o recurso com parceiros deles, caía na conta do PROMUNDO, o PROMUNDO repassava pra gente. Aí tem uma conta na Redes [Redes de Desenvolvimento da Maré] que é da Conexão. Se a gente precisasse do recurso, o recurso estava ali.

Agora com esse, não. A burocracia, o trâmite, é muito difícil. O repasse de recurso para as passagens, para as sessões, quem repassa para a gente é Vera Menezes! O que a gente também não entende... não entende o que é isso. Os recibos que a gente assina, é tudo em nome de Vera Menezes, entende? [...] O DEBI representa um projeto importante, uma proposta diferenciada, que precisa de um certo reajuste, mas para a gente não é assim aquele projeto que a gente possa... por que ele não está nas nossas mãos. A gente tem e não tem. A gente não tem o recurso. Talvez se o recurso estivesse nas ONGs, as coisas estariam de outra forma. Não seria tão difícil ter acesso a recursos para transporte, entendeu? Principalmente esse tipo de coisa, lanche, transporte... A Vera tem que repassar pra gente poder comprar, ela deposita na minha conta, eu assino, depois os meninos assinam que receberam, a gente manda para a Vera, é super complicado. O recurso chega e ó... não sei os trâmites... por que eu realmente não entendo porque é Vera Menezes quem repassa os recursos se seria a FIOTEC. Eu tenho uma percepção de que ela tira do dinheiro dela e depois a FIOTEC repassa para ela. Mas poderia ser de uma outra forma. Parece que vai pra Brasília para depois chegar aqui! [...] Até agora a gente não conseguiu fechar a blusa do projeto! Já fizemos os orçamentos, já fizemos tudo, e cada a blusa? Cadê a bolsa? Gente, está sendo muito difícil trabalhar com a ENSP. Muito difícil mesmo. Teve vários momentos. No início, teve uma coisa um pouco demorada, mas chegou. Mas agora... e agora teve uma outra pactuação. Sempre ficam colocando, “mas a coisa é piloto, a gente tem que ver, tem que aprovar, o Ministério tem que aprovar...” Essa coisa toda com a Vera... não sei se é porque a gente é um grupo novo, se eles estão um pouco receosos, é uma percepção minha, estou falando isso como pessoa, não como instituição. Eu não posso afirmar, mas... (Conexão G, Presidente, entrevista, 2011)

A forma escolhida de repasse de recursos às ONGs permitiu, na perspectiva da FIOTEC e da FIOCRUZ, maior controle financeiro dos projetos; na perspectiva do Departamento de DST/AIDS/HV, foi considerada positiva na medida em que os pagamentos de recursos humanos eram feitos diretamente às pessoas. Entretanto, as ONGs sentiram dificuldades na execução, queixando-se de que o mesmo processo complicado era necessário para tudo: a compra de canetas ou a compra de um telhado seguiam rigorosamente o mesmo protocolo.

Inflexibilidade

Os pacotes metodológicos foram considerados pacotes muito “fechados” pelas equipes das ONGs. As intervenções descritas nos manuais não têm abertura para trabalhar novos temas e questões que vão surgindo ao longo da execução das atividades. No caso do POL e do Mpowerment, cada equipe identificou uma *norma* que seria trabalhada. No caso do 3MV, os grupos seguiam um roteiro prévio de discussão para cada encontro.

As três equipes se queixaram de que surgiam novas questões, que os participantes queriam debater, e que o pacote metodológico não previa esse tipo de flexibilidade ou de abertura. Nos três casos, os participantes mencionaram interesse em continuar uma discussão ou levantar um tema para debate, e o formato do trabalho não permitia tal prolongamento ou inclusão. No caso do

Conexão G, a equipe salientou que, naquele contexto, a violência é um tema que atravessa o cotidiano da comunidade e, também, todas as discussões do grupo; entretanto, não há espaço no manual para tratar do tema.

Não se trata, aqui, de reler o manual e discutir se há ou não flexibilidade, nesse ou naquele programa, mas sim de salientar que foi ponto passivo para todas as equipes a impossibilidade, na sua leitura e interpretação, de introduzir mudanças.

Comunicação

Constatou-se nas observações e nas entrevistas uma grande dificuldade de comunicação, tanto entre instituições quanto entre pessoas envolvidas no DEBI. Existem muitas instituições envolvidas no DEBIBrasil, cada um com um certo número de interlocutores. Conforme um entrevistado,

Uma das nossas dificuldades está nas estruturas de interlocução. São muitas as estruturas de interlocução. A comunicação fica difícil. Você veja, tem o CDC, tem a FIOCRUZ/ENSP, através de uma entidade que faz a gestão do recurso, FIOTEC, e você tem o Departamento, e tem as ONGs, e tem uma consultora que faz a mediação... Então tem um conjunto de estruturas, entendeu? (Departamento de DST/AIDS/HV, entrevista, 2011)

Foi mencionado pelos entrevistados que tanto no Departamento de DST/AIDS/HV, quanto na FIOCRUZ, as pessoas que respondem pelo DEBI (Ivo, Gilvane e Marly) têm uma agenda sempre lotada; na perspectiva dos outros entrevistados, isso dificulta a troca de informações e a tomada de decisões. As ONGs não mencionaram Oswaldo como um interlocutor, mas sim Lilia e, em alguns casos, Vera.

As ONGs manifestam que sentem falta informações básicas sobre o processo de decisão que levou ao convite, feito pelo Departamento, para que fizessem parte do piloto do DEBIBrasil, e que não têm informações suficientes sobre o financiamento dos projetos.

Até hoje as três instituições não sabem o valor [de cada intervenção DEBI]! A gente não sabe o valor do projeto. E isso foi calculado em outubro do ano passado, quando a gente teve a primeira reunião! Falaram que iam nos dizer, em uma semana, e até hoje... Eu fiquei sabendo no workshop! Eu fiquei sabendo no workshop o que a já se gastou. Não sei quantos mil... Eu até anotei. Gente, como é que a gente não sabe? Isso tinha que ser esclarecido. Deveriam dizer, "olha, existe tanto recurso, do Departamento [Departamento de DST/AIDS/HV] é tanto recurso, do CDC, cada instituição tem o valor tal", entendeu? E depois falam "ah, mas tem uma margem". Mas qual é essa margem? A gente precisa saber! (Conexão G, Presidente, entrevista, 2011)

Dificuldades na comunicação de ordem interpessoal também ficaram evidentes especialmente nas relações entre consultora externa e equipe do Conexão G, bem como entre consultora externa, *Principal Investigator* e representante do CDC no Brasil. Há alguma dificuldade apontada até mesmo na comunicação entre FIOCRUZ e FIOTEC.

Algumas dificuldades relativas à circulação de informações estão ainda relacionadas a mudanças nos quadros de pessoal. No Departamento de DST/AIDS/HV, os técnicos que inicialmente articularam o DEBI mudaram de função ou de emprego; nas ONGs, houve capacitação intensa de pessoas que depois saíram dos projetos. A saída e a entrada de pessoas representa uma ruptura e sempre podem haver perdas de informação e problemas de comunicação nesse processo.

Testando metodologias

Uma questão colocada aos entrevistados do Departamento de DST/AIDS/HV foi sobre a opção por testar três metodologias diferentes, desenvolvidas por três instituições diferentes. Afinal, como comparar as três? Como eliminar fatores de confusão e concluir que as facilidades, ou dificuldades, estavam efetivamente na adaptação do pacote e não nas peculiaridades daquela instituição e daquele contexto?

As respostas dos entrevistados apontam para a ênfase na transferência de tecnologia de “empacotar”, e menos para os pacotes prontos existentes do CDC.

[Entrevistado 1] A ideia era diversificar mesmo. Discutimos bastante aqui. E chegamos à conclusão de que seriam metodologias distintas, com públicos distintos – bem distintos – e que a gente deveria partir para avaliar essas três experiências. Cogitou-se na época fazer a mesma metodologia em lugares diferentes mas também pensamos "Por que não? Por que três e não mais? Por que não travesti? Por que não pessoas vivendo com AIDS?". Mas diante dos números, diante das evidências, de que temos uma epidemia concentrada ainda, em jovens principalmente, então por que não escolher esse público principalmente? Pegamos então uma organização que trabalha com gays adultos, outra que trabalha com jovens e a outra por estar nesse contexto de extrema vulnerabilidade, territorial e de violência...

[Entrevistado 2] E também... deve ter umas 20 ou sei lá quantas [intervenções] já testadas, mas quando você olha o elenco delas você vê muito poucas alternativas para outros públicos, quer dizer é basicamente população jovem e a população gay. Muito pouco para mulher. Acho que vi uma ou duas para pessoas vivendo... e uma ou duas. Não vi nada especificamente para travestis ou transexuais. Não vi... quer dizer, você tem muitas coisas para jovens, inclusive algumas intervenções em escolas, que lidam com a questão cultural, e tem o elenco, na sua grande maioria, de experiências voltadas para gays. Então eu acho que em função disso, dessa realidade epidemiológica, dessa escolha de diversificação, também tinha um elenco que também você não tinha como fugir muito daquilo que estava sendo ofertado. Não sei hoje como é que está. Disseram que agora já estão chegando a quase 40 ou coisa assim. (Departamento de DST/AIDS/HV, entrevista, 2011)

A busca por resultados cientificamente válidos relativos à eficácia das intervenções deve ser concebida desde o princípio do projeto. Recomenda-se que haja investimento em estudos de linha de base junto às comunidades onde as intervenções DEBI venham a ser desenvolvidas, para que se possa buscar avaliar o impacto dos projetos.

A comunidade

Da perspectiva das equipes das ONGs, o projeto foi um sucesso junto às comunidades em que atuaram. De forma às vezes até surpreendente para as próprias equipes, houve um retorno muito positivo da parte das pessoas que participaram das ações, em um curto período de tempo.

No GRAB, em nossa visita à comunidade, foi possível observar a forma calorosa e carinhosa com que o facilitador da equipe era recebido pela comunidade, especialmente os jovens com quem trabalhou. Todos que se aproximaram, rapazes e moças, perguntavam quando haveria mais uma atividade, o que mais seria feito, se o pessoal da ONG retornaria. Mesmo aqueles que não falaram diretamente sobre o trabalho da ONG, do POL, mostraram-se felizes com a presença do facilitador naquele local. Pudemos observar por bastante tempo os jovens jogando vôlei, principal espaço de sociabilidade gay naquela comunidade. Ficou patente a necessidade de uma devolução à comunidade que se engajou e participou do projeto; recomenda-se a doação de uma rede de vôlei e eventualmente auxílio para a manutenção da quadra.

No SOMOS, entrevistamos dois rapazes que fazem parte do *core group*, sendo que um deles seria o coordenador de um M grupo a seguir. Os jovens acreditam que o projeto está sendo bastante positivo. Ambos já conheciam o SOMOS e em alguma medida já tinham tomado parte de uma atividade da ONG; mesmo assim, acham que teria sido melhor se houvesse a criação de um espaço fora do SOMOS para o Mpowerment. Dizem que a SOMOS é uma entidade conhecida em Porto Alegre, com um arco-íris na porta de entrada, de modo que algumas pessoas jovens podem hesitar em entrar, com medo de serem publicamente identificados como gays. Além disso, quando o convite é feito para participar do grupo, sempre é algo como “é lá no SOMOS mas não tem nada a ver com eles”. Quando os amigos e conhecidos descobriram que eles estavam indo todas as sextas-feiras ao SOMOS, ouviram perguntas: “tu é agora militante, organiza parada...?”. Como os dois estão envolvidos e um deles irá coordenar o M grupo, leram o manual, que foi descrito como problemático:

[L] No início quando eu li eu achei a proposta muito interessante, mas...

[A] É que assim, esse manual com etapas fechadas, um modelo fechado não funciona, deveria ser algo mais flexível, é assim que eles estão fazendo e assim está funcionando... ter coisas do tipo tantos minutos pra isso e outro pra aquilo, fica chato, tem sempre um assunto que interessa mais... se é pra ter um manual ele precisar ser mais flexível.

[L] Mas mesmo sendo flexível ele é chato... não, ninguém ia parar e ler... [...]

[A] Acho que o grupo pode funcionar em outros lugares do Brasil, as dinâmicas são legais, tem interação, as pessoas se sentem parte, não são passivas, não é uma aula

[L] Mas vamos pensar, se a gente fizesse um manual pra Santa Maria que é o mais próximo de Porto Alegre, eles não iam entender...

[A] Acho que a gente podia dizer, olha era assim nos EUA, mas a gente fez assim e funcionou em Porto Alegre desse jeito, falando das adaptações... é difícil começar do

zero [precisa de um manual]. Os guris [coordenadores] se esforçaram, mas não deram conta de tudo, daquela questão do manual de mapeamento, é uma coisa muito grande, tem as coisa cultural que pesa bastante, talvez numa cidade do interior fosse mais fácil para o mapeamento, mas mais difícil de identificar quem é gay... [...] quando eu li o manual na parte da oficina eu achei muito engraçado, por exemplo: ‘quando alguém disser algo interessante você tem que dizer “que interessante!”’ (risos)

[L] Parece um manual da quarta série, “se for falar, levanta a mão”, “bate palmas e dá parabéns” (risos)

[A] eu acho muito exagerado, mas a ideia de ter um manual é uma coisa interessante... (SOMOS, entrevista, 2011)

No Conexão G, entrevistamos dois homens que participaram das sete sessões do primeiro grupo, aqui identificados apenas como A. e W. Ambos afirmaram que gostaram bastante de participar dos encontros, e chamaram o AVI de um *curso*. Se forem convidados, pretendem participar de outras atividades do conexão G.

Sobre o *curso*, eles acham que ficaram faltando mais informações sobre prevenção e sobre doenças sexualmente transmissíveis, e se queixaram de que preencheram diversos questionários; no início tiveram dificuldades de preencher os documentos: achavam a linguagem difícil e os instrumentos, repetitivos. Segundo eles, haviam muitas perguntas similares que acabavam por confundi-los. Assim, acabaram aprendendo coisas novas, relativas ao vocabulário (pela dificuldade de compreender as palavras nos questionários), mas acham que a linguagem dos questionários precisa ser modificada e adaptada à realidade da comunidade em questão. Eles acham que alguns questionários deveriam ser respondidos em casa, “com calma para pensar”. Nas dinâmicas, a linguagem empregada era a dos facilitadores, e eles acreditam que foi muito acessível, *era a linguagem da comunidade*. Ambos acham que deveriam haver mais sessões (mais que as sete sessões), principalmente pela questão da prevenção. A sensação deles foi de que, às vezes se tinha que correr nas reuniões para dar conta de tudo.

Sobre o material do AVI, os dois se queixam de que faltou muita coisa, pois nem tudo o que foi prometido foi dado. Prometeu-se uma bolsa com o logotipo do projeto, que não receberam; ganharam apenas uma pasta com folders e, agora, *bottons*. Eles acham que a bolsa seria melhor em termos de visibilidade e divulgação do projeto, “para os outros verem, para se interessarem e perguntarem” sobre o 3MV. Um dos entrevistados confessa que não pretende usar o botton. Ambos sugerem bonés e camisetas, além das bolsas. Sugerem também que seja oferecido um caderno e uma caneta para a pessoa anotar as coisas que aprende no *curso* porque é tanta informação que às vezes se esquecem coisas, “muita gente ia sem nada para anotar, isso seria bem importante”.

Os dois acham que deveria ser mais bem divulgado, sugerindo um uso maior do Jornal Redes da Maré, a divulgação na associação comunitária, maior distribuição de materiais na comunidade, inclusive que o Conexão G montasse uma na feira, no sábado, que é muito movimentada, pois vêm pessoas de outras comunidades para a feira.

Avaliação

Retomando as questões avaliativas propostas, pode-se dizer que o DEBI foi implementado, em linhas gerais, de acordo com o modelo estabelecido pelo CDC. As ONGs buscaram reproduzir os passos descritos nos manuais. Houve dificuldade de compreensão de como executar atividades de pré-implantação dos projetos, especialmente a coleta inicial de informações sobre a comunidade, e houve dificuldade com relação ao tempo disponível para realizar essa etapa do projeto. Na dimensão da Conformidade, pode-se dizer que a execução das ações do projeto estiveram conformes aos princípios e objetivos enunciados pelo CDC. Entretanto, é preciso lembrar a crítica feita pelas equipes sobre conceitos que embasam as intervenções. A inovação e o desafio que o projeto representou para as equipes pode ter sido um estímulo para a conformidade; eventualmente, em um período maior de tempo, observaríamos alterações dadas na implementação pelos próprios agentes.

A transferência do DEBI para as ONGs não foi suficientemente adequada. A tentativa de reproduzir a capacitação que foi realizada nos Estados Unidos, repassando informações às ONGs em poucos dias intensivos, não foi suficiente. A impressão da avaliadora foi de que os próprios responsáveis pela capacitação da ONG ainda não estavam inteiramente apropriados do conteúdo dos três projetos quando transferiram as informações para as ONGs. Os manuais físicos em português foram descritos como “assustadores” por que muito grandes.

A Aceitabilidade do DEBI pelas equipes das ONGs foi bastante boa. As equipes das ONGs fizeram duras críticas ao modelo centrado na mudança de comportamento individual, mas ao mesmo tempo se surpreenderam com os resultados positivos que colheram em pouco tempo junto às comunidades. No Departamento de DST/AIDS/HV, também foram feitas críticas à preponderância de intervenções sobre o comportamento individual e houve grande ênfase no aprendizado sobre o processo de *empacotar* metodologias, i.e. de criar pacotes de intervenções nos moldes do DEBI para reproduzir o conhecimento gerado pelas ONGs brasileiras. A maior aceitabilidade foi com relação aos objetivos dos projetos; a menor, com relação às regras, tanto da rigidez dos protocolos enunciados nos manuais quanto às regras de operacionalização dos projetos, especialmente o financiamento mediado pela FIOTEC.

Foram feitas poucas adaptações aos projetos. A principal adaptação foi a construção de um espaço para o Mpowerment dentro da sede da ONG. Todas as instituições enfrentaram a dificuldade no repasse de recursos, especialmente para os gastos com transporte e alimentação, e a solução encontrada foi o repasse de um valor maior para uma pessoa da equipe. A solução não foi considerada boa pelas ONGs. Ainda na dimensão da adequação, houve mais imprevistos na execução do projeto 3MV, uma vez que a equipe do projeto foi alterada e o repasse de recursos foi difícil.

Um fator que facilitou a implementação dos três pilotos foi a disponibilidade das ONGs, que tiveram interesse pela ação proposta e perceberam a possibilidade de ganhos de ordem política e simbólica. No caso dos projetos POL e Mpowerment, a estrutura das duas ONGs, em termos de recursos financeiros disponíveis, de recursos humanos e de recursos para solucionar intercorrências ao longo da execução foi um facilitador. No caso dos projetos Mpowerment e 3MV, a estreita

relação que já existia da equipe da ONG com a comunidade visada pelo projeto foi também um importante facilitador.

Dificuldades importantes foram apontadas em relação ao manual, que ora é descrito como demasiadamente longo e maçante, ora como falho porque omissivo. A própria apresentação física do manual em português foi criticada. As equipes das ONGs tiveram dificuldade em especificar as alterações que deveriam ser feitas para a adaptação das intervenções ao contexto local, sendo sempre dada uma referência bastante genérica e vaga de que era preciso mudar o manual e adaptá-lo. Um ponto positivo é que todas as equipes estão dispostas a revisar o manual junto com o Departamento de DST/AIDS/HV, relendo trechos e assinalando as dificuldades diretamente nos documentos. Uma dificuldade importante diz respeito à falta de familiaridade das equipes com procedimentos de pesquisa – inclusive a estranheza em seguir um protocolo para coleta de dados – e com a análise das informações coletadas. A barreira dada pela comunicação entre as diferentes pessoas envolvidas numa complexa rede de instituições não pode ser minimizada e pode agravar tensionamentos e ansiedades já presentes no DEBIBrasil. Sugere-se a simplificação dos canais de comunicação e, se possível, a indicação de diferentes níveis hierárquicos na estrutura de comunicação simplificada. A dificuldade da língua inglesa para as pessoas que foram aos Estados Unidos receberem a capacitação e depois retransmiti-la às equipes das ONGs pode ter implicado em alguns mal-entendidos.

Referências

- ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. In: Barreira, Maria Cecília Roxo Nobre & Carvalho, Maria do Carmo Brant (Orgs.). São Paulo: IEE/PUC. 2001.
- BEAUD, Stéphane & WEBER, Florence. Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Hanseníase: monitoramento e avaliação. Manual de capacitação em M&A. Caderno do Aluno Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- COTANDA, Fernando Coutinho; SILVA, Marcelo Kunrath; ALMEIDA, Marilis Lemos de; ALVES, Caleb Faria. Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. In: PINTO, C.R.J. & GUAZZELLI, C.A.B. (org.). Ciências Humanas: Pesquisa e Método. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre & CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999
- MITNICK, Barry M., BACKOFF, Robert W. The Incentive Relation in Implementation. In: EDWARDS III, George C. Public Policy Implementation. Greenwich: Jai Press, 1984.
- PEREZ, José Roberto Rus. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.) Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez / Instituto de Estudos Especiais, 1998.
- SILVA, Eliana Souza. Censo Maré 2000: Uma experiência de coleta e geração de informações socioculturais e econômicas numa favela da Cidade do Rio de Janeiro. Boletim "Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade", v.3 Favelas, p.6. 2002. Disponível em http://www.iets.org.br/biblioteca/Censo_Mare_2000_Uma_experiencia_de_coleta_e_geracao_de_informacoes.pdf
- TEODOSIO, Taiana Santos Jung. Espaço Maré: histórias, trajetórias e desafios. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / ENCE – Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. Área de Concentração III: População, sociedade e território: teoria e prática de pesquisa interdisciplinar. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em http://www.ence.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ceb9aae0-c611-415a-bc43-f2ac6f183edb&groupId=37690208

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth. A Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2000.

Anexo

Roteiro de Entrevista

I) Informações sociodemográficas

Idade, escolaridade, formação acadêmica ou profissional

II) Trajetória profissional e na sociedade civil organizada

Atuação profissional, atuação em movimentos sociais, aproximação com organizações não governamentais

Participação em capacitações e oficinas; treinamento enquanto membro/a de ONG; experiência com M&A

Aproximação com esta ONG e atuação nesta organização; atuação em outros projetos dentro da ONG

Aproximação do DEBI

III) Formação e capacitação para o DEBI

Capacitação e treinamento para a metodologia de intervenção DEBI

Capacitação para M&A do DEBI pela ONG

IV) Execução e gerenciamento do DEBI

Detalhamento da implementação da proposta (quando, como, quem...); trabalho em equipe; relação do projeto DEBI com outros projetos (e outros membros) da ONG; papel ou função no projeto

Etapas previstas e executadas do projeto

Impressões até o momento (facilidades, dificuldades)

Caso pertinente, reação e percepção do público alvo

M&A por parte da equipe/ONG do DEBI

Roteiro de Observação Geral

A observação da implementação do projeto levará em conta a fase em que este se encontra quando estiver sendo avaliado/visitado. Será realizada a observação do que estiver sendo feito naquele período (reuniões, atividades de integração/divulgação, eventos...) e serão realizadas entrevistas com alguns atores fundamentais selecionados para responder questões referentes ao momento atual e também com relação às etapas iniciais da implementação, se estas já estiverem sido realizadas.

I) Estrutura e organização institucional

Observação da capacidade institucional – estrutura da ONG, equipes, recursos humanos e técnicos – material educativo, material de divulgação, equipamentos

Observação de contexto – localização e situação com relação ao entorno (comunidade, região geográfica), relação com outras instituições (ONGs e agências governamentais)

II) Fase ou etapa

Em que fase ou etapa o projeto se encontra – atividades prévias, de preparação para a execução, ou atividades intermediárias, de execução inicial das ações

Comparação entre o planejado e o observado

III) Objetivos

Observar se os princípios norteadores da intervenção estão sendo levados em consideração tanto pelos supervisores como pelos coordenadores

IV) Atividades

Se encontra-se na fase de preparativos, o que foi feito, como foi feito e por quem

Se encontra-se na fase de execução das intervenções, o que está sendo feito, como e por quem – observação das atividades propriamente ditas junto à comunidade ou para com o público-alvo

Roteiro de Observação e Entrevista – Elementos específicos de cada projeto

I) Many Men, Many Voices

Plano de trabalho do Projeto

O projeto prevê diferentes etapas; inicialmente: mapeamento da comunidade, elaboração de planos de ação e de cronograma de atividades, definição de mecanismos de avaliação e de monitoramento; em seguida, a divulgação do projeto; depois, as atividades propriamente ditas.

Etapa	Observação
Mapeamento da Comunidade	Se o projeto estiver nessa fase, será observado como está ocorrendo este processo e se os responsáveis estão conseguindo atingir a população-alvo, conforme consta no manual
Elaboração dos planos de ação e cronograma das atividades	Observar se isso foi ou está sendo feito. Como?
Definição dos mecanismos de avaliação e monitoramento	Observar se está ocorrendo o monitoramento e a avaliação das atividades por parte da organização implementadora (avaliação e monitoramento dos participantes, dos facilitadores e do projeto de forma mais geral). Como isso está sendo realizado? (além da análise dos registros, relatórios e reuniões, será observado o que ocorre ao fim das atividades – na hora do registro das informações).
Divulgação do projeto, do espaço e das atividades	Observar se isso está ocorrendo/ocorreu e de que forma (segue as recomendações do manual?)
Atividades	Funcionamento das atividades – Observar se as sessões/reuniões estão ocorrendo conforme o previsto pelo manual, se os exercícios estão sendo realizados corretamente e se contém todos os aspectos/dimensões indicados pela metodologia do projeto.

Estrutura operacional do Projeto

Espaço onde ocorrem as atividades: observar se o espaço está adequado para a realização das atividades de forma satisfatória e se o local fornece/tem os elementos considerados necessários (conforme o manual).

II) Popular Opinion Leader (POL)

Plano de trabalho do Projeto

O projeto está desenhado para ter três etapas: pré-implantação, implantação e manutenção e avaliação.

Etapa	Observação	
Pré-implantação	Observar como está ocorrendo o processo de identificação da população alvo	Estão seguindo as dicas e os critérios pré-determinados? Quantos membros da ONG compõe a equipe de implementação? Observar se está ocorrendo à construção do apoio comunitário para a intervenção (e como?) Observar o procedimento de identificação dos diferentes grupos nas redes sociais e o recrutamento dos líderes de opinião dos diferentes grupos (pessoas consideradas influentes e apontadas pelos grupos).
Pré-implantação	Estão seguindo as dicas e os critérios pré-determinados?	Como isso está ocorrendo? De que forma se deu a divulgação? Os líderes apontados estão se engajando no projeto?
Pré-implantação	Identificação de riscos e normas sociais. Elaboração do plano de ação e cronograma	Que critérios e que metodologia foi utilizada? Como foi feito?
Pré-implantação	Como é o local escolhido para a intervenção?	É adequado conforme o manual (de fácil acesso, discreto, “neutro”, etc.)

Etapa	Observação	
Implantação	Observar o treinamento oferecido pela instituição aos líderes de opinião (POL)	<p>Realizou ou está realizando as quatro sessões de treinamento com os POL</p> <p>Verificar se a metodologia está adequada conforme o manual</p> <p>Foram seguidos os procedimentos principais do projeto? Os POL receberam informações sobre HIV/AIDS e prevenção e lhes foram fornecidos mecanismos para favorecer conversas entre eles e seus pares na rede?</p> <p>Ocorreram ou estão ocorrendo reuniões entre a ONG e os POL para oferecer apoio contínuo e monitoramento das atuações destes</p>
Implantação	Observar o trabalho dos líderes de opinião (POL) em ação	Nas conversas com a comunidade e em outras atividades para avaliar em que medida eles estão colocando em prática o que aprenderam no treinamento, se estão seguindo os procedimentos adequados, etc.
Manutenção e avaliação	Observar se o processo de manutenção e avaliação sugerido pelo modelo do projeto está sendo realizado e se estão seguindo os modelos recomendados conforme esta metodologia para sustentar a intervenção no decorrer do tempo e para avaliar os seus efeitos	
Manutenção e avaliação	A ONG estabeleceu outras metas/objetivos (além dos programados) a partir deste projeto? Se sim, quais? São adequados aos pressupostos do programa? Como?	

Desempenho do Projeto

Observar, em cada etapa e dimensão da implantação do projeto se estão ocorrendo modificações e adaptações neste e se, mesmo assim, os elementos centrais e as características-chave da metodologia (destacados no manual) estão sendo cumpridos, tendo em vista que conforme a proposta do projeto, estes componentes não podem ser retirados e nem modificados para garantir a eficácia do programa.

Observar quais foram as modificações implementadas a título de adaptar o programa a realidade local e aos perfis dos grupos. (Quais foram as principais dificuldades? o que mais mudou ou não servia a realidade local? Etc.)

Facilitadores das atividades do Projeto

Observar se o facilitador está utilizando as ferramentas recomendadas pelo manual (quais?), se sua performance está adequada e se o conteúdo das atividades está em consonância com a filosofia do

projeto e o modelo de aquisição de habilidades comportamentais – baseado na teoria social cognitiva.

III) MPowerment

Plano de trabalho do Projeto

Divide-se em atividades prévias, intermediárias e contínuas (estas últimas com resultados de longo prazo). Atividades prévias: mapeamento das comunidades, criação do núcleo, definição dos coordenadores, entre outras atividades.

- Foi definido um cronograma para a implementação?
- Ocorreram adaptações? Quais?
- Observar se foram seguidos os 12 passos de implementação conforme o manual.

Passos	Observação
1) Identificar Coordenadores para o Projeto	Como se deu esse processo? Quem foi escolhido?
2) Contratar e treinar o(s) Coordenador(es)	Quais as dificuldades/facilidades encontradas? (Eles se engajaram?)
3) Realização de avaliações de linha de base sobre comportamentos sexuais de risco na comunidade antes de implementar o programa.	Como isso foi realizado?
4) Mapeamento da comunidade	Os diferentes grupos de jovens gays/bissexuais (incluindo os espaços sociais que existem e onde os diferentes grupos se reúnem (havia esse espaço/ foi fácil de achar?); pessoas na comunidade de relevância para o Projeto, lugares onde se pode pôr anúncios ou até recrutar jovens gays/bissexuais. Quais foram/são os métodos de pesquisa/técnica utilizada no mapeamento da comunidade/identificação dos jovens? Foram realizadas conforme consta no manual?
5) Reunião com os líderes comunitários e organizações apropriadas para apresentar o Projeto	Ocorreram essas reuniões? O projeto foi bem aceito? As pessoas se engajaram? Houve alguma mobilização na/da comunidade?

Passos	Observação
6) Formação de um Núcleo em dois passos principais: a) A identificação de integrantes em potencial do Núcleo nos diferentes segmentos da comunidade de jovens gays/bissexuais. b) A apresentação do Projeto aos mesmos, convidando-os para participar de uma reunião do Núcleo	Como se deu esse processo? Foi fácil/difícil? Quais as facilidades? Quais as dificuldades?
7) Os Coordenadores e o Núcleo (com a aprovação da organização implementadora) escolhem e montam o espaço do Projeto).	Como ocorreu a escolha do espaço? Houve a participação de todos? O espaço está adequado a proposta do projeto?)
8) Reunião com membros em potencial do Conselho Consultivo Comunitário, e convidá-los para integrar o mesmo.	Ocorreu essa etapa? Se há conselho consultivo, como está ocorrendo a participação deste no projeto?
9) Caso haja apenas um Coordenador, identificar e treinar mais facilitadores de M-grupos	Quantos coordenadores existem? Quantos M-grupos? Como se dá/dará o treinamento de facilitadores?
10) Realização de eventos de interação para atrair jovens gays/bissexuais para o Projeto e começar a construção da comunidade.	Como ocorreram/estão ocorrendo estes eventos? Os diferentes grupos de jovens têm comparecido aos eventos? O público está sendo atingido?
11) Processo de seleção pelo Núcleo do nome, logo e lema do Projeto	Como se deu o processo de escolha do espaço? Houve a participação de todos?
12) Elaboração de materiais de promoção do projeto e o plano de divulgação	Analisar os materiais de divulgação criados ou observar o processo de elaboração da campanha publicitária. Está adequada ao projeto? Respeita os critérios estabelecidos?

Equipe de trabalho do Projeto

A observação deve atentar para o papel e função dos diferentes sujeitos envolvidos. Especificamente no caso dos supervisores, conforme o manual estes devem desempenhar um papel estratégico ao garantir que todos os materiais e atividades dos projetos reflitam os princípios norteadores (revendo o conceito de interação formal).

Estrutura operacional do Projeto

A observação deve ser realizada em cada uma das instâncias da estrutura operacional onde se implementa o projeto: ONG, espaço, reuniões do núcleo, eventos, campanhas de prevenção em eventos de interação, campanhas de publicidade, etc.

Para cada um destes locais existem orientações no manual para como devem ser os procedimentos adotados, o ambiente das reuniões, as regras de convivência, como ocorrem as tomadas de decisão, exemplos de eventos bem sucedidos (de todos os tipos pequenos, médios e grandes, blitz, shows entre outros, como realizar campanhas de prevenção e de divulgação e etc. Tudo isso deverá ser contemplada em nossa observação (ver págs. 70, 90, 117 do manual).

Além disso, a observação deve privilegiar cada agente importante do projeto (supervisores, coordenadores, voluntários...) e se eles estão realizando suas funções (cumprindo suas responsabilidades, realizando tarefas, etc.)

Desempenho do Projeto

A ONG deve treinar e supervisionar os coordenadores do projeto, e este deve ser um processo contínuo. Ele está sendo realizado? Como?

Devem ocorrer reuniões (coletivas/individuais) entre os coordenadores e os supervisores. estão ocorrendo? Com que frequência? E as reuniões semanais entre os coordenadores?

Foram estabelecidos objetivos claros para o projeto (nº de M- GRUPOS, nº de eventos...)? Eles foram estabelecidos em conjunto com os coordenadores e a supervisão?

SUPERVISORES

Um outro ponto fundamental do projeto é a dimensão de reflexão e análise (p. 52) que se relaciona intimamente com o processo de empoderamento desejado pelo programa MPOWERMENT. Segundo o manual, os supervisores devem ajudar os coordenadores a aprenderem a fazer desse processo de reflexão e análise algo que contribui para a definição do progresso do projeto e análise de sua efetividade, assim como, propiciar uma análise de seu próprio papel no projeto. O empoderamento surge porque as pessoas analisam seus próprios problemas e encontram as soluções.

Observar/entrevistar: Se isso está ocorrendo? E como? Pois segundo o manual, para que o processo de empoderamento ocorra efetivamente o supervisor não pode ser muito gerativo. Analisar como isso está ocorrendo?

Os supervisores devem incentivar a revisão/renovação no trabalho dos coordenadores (avaliar se isto está ocorrendo?)

Os supervisores/coordenadores também devem ser responsáveis por evitar as panelinhas nos núcleos (para que não ocorra a exclusão de determinados grupos ou pessoas e para evitar que algumas desistam depois da primeira reunião ou participação em atividade – eventualmente a supervisão pode designar membros do projeto (coordenadores/voluntários) para exercer a função de receber/dar as boas vindas aos novos participantes.

Ver se isso está ocorrendo e como?

Além disso, os supervisores devem verificar se nos eventos organizados há componentes de prevenção do HIV, devem verificar se a divulgação dos eventos do projeto/núcleo está sendo planejadas e se há um equilíbrio entre os componentes do projeto.

Ver se isso está ocorrendo e como?

Quais são os meios de comunicação utilizados para atingir os jovens? (observar/perguntar)
(pág. 32)

Observação: Se o projeto estiver em fase de pré-implantação, devem ser realizadas observações e análise da campanha de contratação dos coordenadores e da seleção (aplicação de questionário/entrevista – manual, pág. 60).

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Avaliação: Avaliação da Implantação do DEBI/Brasil

Coordenação da Avaliação: Andréa Fachel Leal

Avaliadoras: Andréa Fachel Leal e Gabriela Sevilla

Você está sendo convidado/a a participar de uma avaliação da implementação do programa DEBI-Brasil, que tem por objetivo identificar os fatores que condicionaram, positiva ou negativamente, os resultados de três projetos-piloto em curso no país. Para isso solicito sua autorização para realizar esta entrevista e gravar seu depoimento.

A sua participação neste estudo é voluntária. Mesmo que decida participar, você tem plena liberdade para solicitar, a qualquer momento, a interrupção da entrevista. Você pode inclusive ouvir a gravação das entrevistas e solicitar que seja retirado do material da entrevista aquilo com o que você não concorda.

Você pode e deve fazer todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo, assim como em qualquer momento durante a nossa conversa.

As informações que você nos fornecer não serão identificadas como suas. Os registros, entretanto, estarão disponíveis para a divulgação dos resultados da avaliação e para a produção de artigos científicos.

Qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com a coordenadora da avaliação, Andréa Fachel Leal – pelo telefone 51-9668-1678 ou pelo e-mail DEA.LEAL@GMAIL.COM.

O Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais/Ministério da Saúde está à disposição para eventuais esclarecimentos e outras providências que se façam necessárias.

Eu _____, abaixo assinado, concordo em participar voluntariamente desta avaliação.

(assinatura)

(data)

(nome da avaliadora)

(assinatura)

Lista de Entrevistados

Filiação institucional	Nome	Relação com a instituição ou DEBIBrasil
Conexão G	Gilmar Santos da Cunha	Presidente
Conexão G	Veridomar da Glória	Vice-Presidente
Conexão G	Fernanda Coelho Bezerra	Direção
Conexão G	Joílson Santana Marques Júnior	Equipe 3MV ⁴
Conexão G	Mauro Lima dos Santos	Direção
Conexão G	Nênese da Silva do Nascimento	Tesoureira
Conexão G	Wilson	Beneficiário do 3MV
Conexão G	Armando	Beneficiário do 3MV
Redes de Desenvolvimento da Maré	Patrícia Sales Vianna	Direção
GRAB	Francisco X. Ramos Pedrosa Filho	Presidente
GRAB	Adriano Henrique Caetano Costa	Direção
GRAB	Dediane Souza	Equipe POL
GRAB	Fernanda Meireles	Consultora POL
GRAB	Raimundo Ferreira Costa Neto	Tesoureiro
GRAB	José Joaci Lima da Silva	Direção
GRAB	Delson Souza do Nascimento	Equipe POL
GRAB	Felipe Lopes de Souza	Equipe POL
Somos	Luiz Felipe Zago	Presidente ⁵
Somos	Cláudia Penalvo	Direção
Somos	Sandro Ouriques Cardoso	Direção
Somos	Juliana Karina Kamphorst	Direção
Somos	Bernardo D. de Amorim	Direção
Somos	Daniel Kveller	Equipe Mpowerment
Somos	Maurício Nardi Valle	Equipe Mpowerment
Somos	Alex Vicente Spadini	Beneficiário do Mpowerment
Somos	Lourenço Rodrigues Souza	Beneficiário do Mpowerment
Departamento de DST/AIDS/HV	Ivo Ferreira Britto	Coordenador da Coordenação de Direitos Humanos, Risco e

⁴ No momento da entrevista, era facilitador/mediador dos grupos 3MV. Outros membros da equipe Conexão G sinalizaram que ele estaria deixando o projeto em seguida.

⁵ No momento da entrevista, presidia a ONG e estava saindo da presidência para permanecer em cargo de Direção. Desde dezembro de 2011, contudo, não é mais membro da organização.

Filiação institucional	Nome	Relação com a instituição ou DEBIBrasil
		Vulnerabilidade do Departamento de DST/AIDS/HV
Departamento de DST/AIDS/HV	Gilvane Casimiro da Silva	Coordenador da Unidade de Articulação com a Sociedade Civil e Direitos Humanos do Departamento de DST/AIDS/HV
Departamento de DST/AIDS/HV	Oswaldo Braga Júnior	Técnico responsável pelo DEBIBrasil
ENSP/FIOCRUZ	Marly Marques da Cruz	Principal Investigator do CoAg
ENSP/FIOCRUZ	Bruno da Silva Freitas	Supervisor de Projeto
FIOTEC	Maria Aparecida S. Ferreira	Gerente de Projetos
FIOTEC	Rafael Araújo	Analista de Projetos
Consultora independente	Lília Rossi	Consultora externa, sem vínculo atual com qualquer uma das instituições visitadas

Nota do grupo SOMOS

Nota publicada publicada em <http://somos.org.br/>



[Quem somos](#) [Ações](#) [Contato](#)

[Notícias](#)

[Pronto, falamos!](#)

[Entrevista](#)

[E-books](#)

[CEDOC](#)

[Imprensa](#)



Após dez anos de atividades, Grupo SOMOS fecha as portas

A ONG SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade fecha as portas em fevereiro de 2012, e suspende todos os serviços de atendimento direto ao público oferecidos na sede da instituição.

[Ler mais](#)



30 de janeiro de 2012

Após dez anos de atividades, Grupo SOMOS fecha as portas



Com reconhecida atuação nacional e trajetória na luta pelos Direitos Humanos, com ações focadas na Incidência Política e no Controle Social das políticas públicas voltadas à Diversidade Sexual e à Saúde Integral, atuando junto às populações vulneráveis de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, bem como pessoas vivendo com HIV/Aids, a ONG SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade fecha as portas em fevereiro de 2012, e suspende todos os serviços de atendimento direto ao público, oferecidos na sede da instituição.

Desta forma, serviços gratuitos como assessoria jurídica a pessoas vítimas de discriminação e violência, distribuição de insumos de prevenção ao HIV/Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis, manutenção de grupos de convivência, realização de oficinas educativas e o acesso ao acervo documental com mais de 2 mil itens, entre livros e filmes serão suspensos, sem data para reativação.

As medidas refletem o quadro de desmonte e descaso a que vêm sendo submetidas inúmeras Organizações Não Governamentais brasileiras, de utilidade pública, e sem fins lucrativos, que desenvolvem ações sociais com recursos exclusivamente advindos do orçamento público e através de parcerias institucionais. Estas Organizações têm como principal papel a fiscalização e o acompanhamento da execução das políticas públicas.

As atuações das ONG são legítimas e necessárias, à medida que são representações de populações e grupos sociais. A ausência hoje, de um Marco Legal que defina uma legislação clara para a atuação destas instituições no Brasil leva a um estado de sucateamento e desmonte e um enfraquecimento da cidadania.

Assim, após dez anos de intensa atuação, a SOMOS suspenderá todos os atendimentos prestados diretamente à população e o Estado não cumprirá este papel, como é sabido.

A gestão pública, a ter como referências as áreas da Saúde, Direitos Humanos e Cultura, em suas três esferas - municipal, estadual e federal - tem agido com descaso, despreparo e irresponsabilidade na execução de suas obrigações com a população. Vide casos específicos como a não realização plena das Programações/Planos de Ações e Metas (PAM) ligadas à Saúde; a conduta de irresponsabilidade do Ministério da Cultura na execução de ações de promoção à Diversidade Cultural, como no descaso com os Pontos de Cultura; e o marasmo e falta de respostas propositivas e urgentes relacionadas à população LGBT, das pastas de Direitos Humanos, em todos os âmbitos governamentais.

Quando os Governos, não executam projetos que são de sua responsabilidade e não abrem espaço à participação e debate com as Organizações Não Governamentais, fica clara sua postura em relação à sociedade civil. Ao mesmo tempo em que afirma que a esta não possui voz, condena a pressão e a cobrança de projetos e ações para populações marginalizadas. O que é inadmissível, pois os Governos devem ouvir e ser o povo, e não o povo que deve se curvar às vontades das instituições de poder. Se assim fosse, avanços que foram encabeçados pelos Movimentos Sociais jamais sairiam do papel.

Colocamos a pergunta: a que, e a quem serve este descaso, afundando as ONG que dia-a-dia se vêm sufocadas em manter suas atividades com recursos escassos e mergulhadas em camadas burocráticas?

Esta situação reflete um paradoxo, onde se esperava que Governos mais sensibilizados às questões sociais, representados por gestores muitas vezes advindos dos Movimentos Sociais, não ficassem inertes às demandas dos grupos historicamente excluídos, como LGBT, negros, mulheres e pessoas vivendo com HIV/Aids, entre outros. Pelo contrário, estes governos destacam um posicionamento que desmobiliza, desarticula e esmaga as organizações da sociedade civil.

Desta forma, como posicionamento político, o SOMOS reduzirá drasticamente sua atuação, buscando refletir sobre o papel das Organizações não Governamentais hoje. Entretanto, não calará sua voz e, diferentemente das posturas governamentais, manterá suas ações de Incidência Política e de Controle Social das políticas públicas e seus serviços administrativos, bem como honrará a execução de convênios e parcerias vigentes, embora em sua maioria não-pagos, adequando de forma real suas ações aos compromissos pactuados em cada projeto.

Que o Estado se aproprie da demanda de trabalho de milhares de beneficiários/as, excluídos/as, e oprimidos/as que têm seus direitos violados pelas suas instituições de poder, já que o Movimento Social, penalizado, está sendo expulso da defesa da população. Se, enfim, o trabalho desenvolvido não é importante para os gestores públicos e não merece respaldo ou apoio, facilitando o emudecimento das

vozes que gritam as violações de direitos que os Governos todos os dias agridem, o encerramento das atividades é a medida que se impõe e representa a resposta mais franca à realidade que se desenha.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2012.

Equipe SOMOS